



3º Simulado Especial

SEFAZ GO

Auditor-Fiscal da Receita Estadual
Pós-Edital

Simulado

3º Simulado Especial SEFAZ-GO (Auditor Fiscal da Receita Estadual)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-GO**, cargo de **Auditor Fiscal da Receita Estadual**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/p5BgegJFPhd5W4DU6>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E	121 - A B C D E	141 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E	122 - A B C D E	142 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E	123 - A B C D E	143 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E	124 - A B C D E	144 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E	125 - A B C D E	145 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E	126 - A B C D E	146 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E	127 - A B C D E	147 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E	128 - A B C D E	148 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E	129 - A B C D E	149 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E	130 - A B C D E	150 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E	131 - A B C D E	151 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E	132 - A B C D E	152 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E	133 - A B C D E	153 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E	134 - A B C D E	154 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E	135 - A B C D E	155 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E	136 - A B C D E	156 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E	137 - A B C D E	157 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E	138 - A B C D E	158 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E	139 - A B C D E	159 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E	140 - A B C D E	160 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/LgQY>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***O mal-estar da aceleração: “qualidade de vida”**

Não haveria interesse algum na “qualidade de vida” (o próprio conceito dificilmente teria sido inventado) não fosse pela sensação generalizada, muitas vezes vaga, mas sempre aguda e irritante, de que a vida como ela é “não é boa o suficiente”. Discussões sobre qualidade de vida não são tanto sobre decidir como seria uma vida verdadeiramente boa, mas sobre dar alguma carne e osso a esse sentimento de desafeto vago, evasivo. Trata-se de expressar exatamente o que torna a vida como ela é algo não agradável o suficiente e no geral insatisfatória.

Por essa razão, o discurso da “qualidade de vida” é, em seu núcleo mais profundo, uma crítica à vida cotidiana. Apenas secundariamente é o que antes de tudo finge ser – uma crítica aos princípios de integração social e de organização sistêmica, ou das normas morais da sociedade, ou ambos (dependendo do referencial teórico adotado). É, portanto, fiel ao espírito da mentalidade moderna, que desde o início sentiu-se desconfortável no “meio partido” (“fora daqui, esse é meu objetivo”, como anotou Kafka), mas acreditava que uma saída podia ser projetada.

A mentalidade estava embriagada com sua própria capacidade de tornar as coisas diferentes de como elas ocorrem nesse momento (e, por conseguinte, não poderia conceber uma razão válida para tolerar que as coisas fossem como são), e negou a autoridade da realidade existente em nome daquilo que poderia se tornar realidade, caso diligentemente operada. E ainda a crítica realizada sob o título da “qualidade de vida” difere da crítica cultural “mainstream” à modernidade “clássica” em dois aspectos importantes. Essas duas diferenças lhe conferem um caráter nitidamente pós-moderno.

Em primeiro lugar, a ideia de “qualidade de vida” veio substituir a preocupação com a autopreservação e a sobrevivência que costumava ser o cerne da crítica moderna. Na crítica mais radical, marxista, à sociedade moderna, aquela à forma dada à sociedade sob a égide do capitalismo, a sociedade foi condenada pela ineficiência e pela falta de normas morais no desempenho (ou no não desempenho) da tarefa de garantir a sobrevivência humana. A modernidade (pelo

menos em sua forma capitalista) foi acusada de desperdiçar esforço criativo humano, de não proporcionar uma distribuição justa dos recursos exigidos pela sobrevivência dos homens. Por conseguinte, “sobrevivência” era o nome do jogo em que o capitalismo falhou e no qual havia esperanças no sucesso do socialismo.

“Qualidade de vida”, por outro lado, torna-se a norma principal da crítica à realidade na parte do mundo em que a sobrevivência, no sentido biológico básico, foi assegurada para todos ou quase todos os seres humanos (ou pelo menos assim se supõe); de modo que o futuro que fornece os critérios para criticar o presente não pode ser imaginado como “mais sobrevivência” (“sobrevivência mais assegurada”), mas apenas como “mais felicidade” daqueles cuja sobrevivência (como seres capazes de buscar a felicidade e serem felizes) já foi garantida.

Em segundo lugar, e talvez ainda mais sintomaticamente, a “qualidade de vida” difere da “sobrevivência” (e de todas as outras metas que a modernidade colocou diante de si) por seu endêmico caráter não definitivo. Era um paradoxo dessa vida determinada à sobrevivência que o Estado ideal buscado, quaisquer que fossem as cores que ganhasse, aparecesse acima de tudo como o fim da luta e a resolução final de seja o que possa ter sido sentido como um “problema”, algo a necessitar de “resolução”, algo como “o fim da história” – um estado de coisas estável, imutável, mas ainda mais diretamente como o fim da própria vida; o indizível e inefável ideal da vida preenchida com a preocupação com a sobrevivência é a morte. O horizonte da vida-pelo-bem-da-autopreservação era o estado de perfeição – e a perfeição, como todos nós sabíamos desde os tempos de Alberti, é o estado de não mudança, um estado que não pode ser melhorado em mais nada, um estado que qualquer mudança só pode vir a piorar.

[...]

Por esse motivo, qualquer definição sobre o que é a qualidade de vida – no momento uma falta que precisa ser suprida – deve ser localizada e transitória, precisa ser logo esquecida por aqueles que hoje se agarram a ela; e em nada determinada a se entender nem pelos vizinhos mais próximos. A característica mais preeminente de “qualidade de vida” é que ela sempre existe como uma imagem, e que essa imagem está em perpétua mutação.

(Zygmunt Bauman, *Vida Em Fragmentos*)

1. Com base no texto, não condiz com as ideias apresentadas a seguinte afirmação:

- a) O autor mostra que a noção de “qualidade de vida” surge da insatisfação difusa com a vida cotidiana, funcionando como uma crítica à realidade presente.
- b) A crítica moderna concentrava-se na incapacidade do capitalismo em garantir a sobrevivência material, enquanto a crítica pós-moderna se volta para o bem-estar e a felicidade.
- c) Ao contrário da “sobrevivência”, que tinha como horizonte um estado final de resolução, a “qualidade de vida” é transitória, fluida e indefinida.
- d) O discurso da qualidade de vida é coerente com a mentalidade moderna de inconformismo, mas assume caráter pós-moderno ao deslocar seu foco da sobrevivência para a realização subjetiva.
- e) O texto afirma que a qualidade de vida é uma abstração, universal e duradoura, incapaz de estabelecer um fim definitivo para os dilemas humanos.

2. Considerando a argumentação apresentada, não é correto inferir que:

- a) A qualidade de vida é definida no texto como um conceito estável, universal e dotado de critérios definitivos, capaz de resolver de forma final as insatisfações humanas.
- b) A noção de qualidade de vida surge como expressão de um mal-estar difuso diante da vida cotidiana, funcionando menos como proposta de um ideal concreto e mais como crítica ao presente.
- c) A modernidade clássica, especialmente sob a crítica marxista, voltava-se à insuficiência do capitalismo em garantir a sobrevivência, enquanto a crítica pós-moderna desloca o eixo para a busca por felicidade e bem-estar.
- d) A qualidade de vida possui caráter transitório e fluido, pois, ao contrário da sobrevivência, não se fixa em um estado final ou estável de resolução dos dilemas humanos.

e) O discurso da qualidade de vida se mantém coerente com o inconformismo moderno, mas ganha feições pós-modernas ao priorizar o bem-estar subjetivo em vez da autopreservação biológica.

3. A característica mais preeminente de “qualidade de vida” é que ela sempre existe como uma imagem, e que essa imagem está em perpétua mutação. (7º parágrafo)

Traduz-se adequadamente o sentido do termo destacado como:

- a) secundária;
- b) evidente;
- c) iminente;
- d) notável;
- e) efêmera.

4. No contexto em análise, estão em oposição as seguintes ideias:

- a) mentalidade clássica/qualidade
- b) aguda/irritante
- c) felicidade/qualidade
- d) sobrevivência/qualidade
- e) crítica moderna/sobrevivência

5. A mentalidade estava embriagada com sua própria capacidade de tornar as coisas diferentes de como elas ocorrem nesse momento (e, por consequente, não poderia conceber uma razão válida para tolerar que as coisas fossem como são).

O segmento destacado, em relação à oração anterior, estabelece relação semântica de:

- a) causa;
- b) consequência;
- c) concessão;
- d) condição;
- e) finalidade.

6. Considerando o emprego e colocação dos pronomes, está de acordo com a norma culta a substituição proposta em:

- a) “A crítica moderna condenava a ineficiência da sociedade capitalista.” – condenava-lhe.
- b) “A sociedade não proporciona uma distribuição justa dos recursos.” – não os proporciona.
- c) “A modernidade sempre desperdiçava o esforço criativo humano.” – desperdiçava-o.
- d) “Os estudiosos questionavam a eficiência do sistema em assegurar a sobrevivência.” – questionavam-na.
- e) “A mentalidade acreditava em soluções que pudessem ser projetadas.” – acreditava-as.

7. Não haveria interesse algum na “qualidade de vida” (o próprio conceito dificilmente teria sido inventado) não fosse pela sensação generalizada, muitas vezes vaga, mas sempre aguda e irritante, de que a vida como ela é “não é boa o suficiente”. Discussões sobre qualidade de vida não são tanto sobre decidir como seria uma vida verdadeiramente boa, mas sobre dar alguma carne e osso a esse sentimento de desafeto vago, evasivo. Trata-se de expressar exatamente o que torna a vida como ela é algo não agradável o suficiente e no geral insatisfatória.

Considerando as relações coesivas do texto, as expressões destacadas referem-se a:

- a) sensação, vida; vida; sensação; algo.
- b) sensação, vida; boa; sensação; sentimento.
- c) interesse, vida; boa; sensação; expressar.
- d) sensação, vida; boa; sensação; algo.
- e) vezes, vida; boa; sensação; sentimento.

8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Negam-se, sob o título de “qualidade de vida”, que a realidade existente possa ser tolerada.
- b) A crítica à modernidade e à organização sistêmica resultam em discursos sobre insatisfação cotidiana.
- c) À mentalidade moderna equivalem muitas imagens em perpétua mutação intermitentemente.
- d) Nas discussões contemporâneas, questiona-se as normas que regulam a sobrevivência humana.
- e) Apontam-se, nas críticas pós-modernas, o caráter transitório de toda definição de qualidade de vida.

9. Transpondo-se para a voz passiva o segmento “a modernidade não proporciona uma distribuição justa dos recursos”, a forma verbal resultante seria:

- a) não era proporcionada
- b) não foi proporcionada
- c) não será proporcionada
- d) não é proporcionada
- e) não seria proporcionada

10. Por essa razão, o discurso da “qualidade de vida” é, em seu núcleo mais profundo, uma crítica à vida cotidiana. Apenas secundariamente é o que antes de tudo finge ser – uma crítica aos princípios de integração social e de organização sistêmica, ou das normas morais da sociedade, ou ambos (dependendo do referencial teórico adotado). É, portanto, fiel ao espírito da mentalidade moderna, que desde o início sentiu-se desconfortável no “meio partido” (“fora daqui, esse é meu objetivo”, como anotou Kafka), mas acreditava que uma saída podia ser projetada.

Assinale a alternativa correta a respeito do trecho:

- I. No segmento “É, portanto, fiel ao espírito da mentalidade moderna, que desde o início sentiu-se desconfortável...”, a vírgula antes de “que” está conforme a norma culta, pois separa uma oração adjetiva explicativa.
- II. Em “Por essa razão, o discurso da ‘qualidade de vida’ é, em seu núcleo mais profundo, uma crítica à vida cotidiana”, a vírgula após “profundo” é facultativa, podendo ser omitida sem prejuízo para a norma culta.
- III. No trecho “mas acreditava que uma saída podia ser projetada”, o pronome “que” exerce a função de sujeito da oração “podia ser projetada”.
- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas III está correta.
- d) I e II estão corretas.
- e) II e III estão corretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Considere a sentença: “Se não estou estudando, então estou trabalhando ou dormindo”.

A negação lógica dessa sentença é:

- a) Estou estudando, trabalhando ou dormindo.
- b) Não estou estudando, nem trabalhando nem dormindo.
- c) Estou estudando, e estou trabalhando ou dormindo.
- d) Se estou estudando, então estou trabalhando ou dormindo.
- e) Se não estou trabalhando nem dormindo, então estou estudando.

12. Considere as afirmações de um relatório de auditoria:

- Afirmação 1: As afirmações 2 e 3 do relatório são verdadeiras.
- Afirmação 2: Das afirmações 3 e 4, uma delas é verdadeira e a outra, falsa.
- Afirmação 3: As afirmações 1 e 4 são ambas verdadeiras ou ambas falsas.
- Afirmação 4: As afirmações 1 e 3 são ambas falsas.

Sabendo-se que cada afirmação acima é exclusivamente verdadeira ou exclusivamente falsa, são verdadeiras APENAS as afirmações:

- a) 1 e 2.
- b) 1 e 3.
- c) 2 e 3.
- d) 2 e 4.
- e) 3 e 4.

13. Um Auditor Fiscal deve analisar cinco diferentes processos: um processo de fiscalização de tributos, um processo de compensação de créditos, um processo de restituição, um processo de parcelamento e um processo de cobrança executiva. A ordem em que esses processos devem ser analisados foi determinada pela corregedoria e deve obedecer às seguintes diretrizes:

- O processo de parcelamento deve ser analisado antes do processo de restituição e do processo de cobrança executiva;
- O processo de cobrança executiva deve ser analisado antes do processo de fiscalização de tributos;
- O processo de compensação de créditos deve ser analisado antes do processo de parcelamento;
- O processo de fiscalização de tributos não deve ser o último processo a ser analisado.

Dessa forma, o último processo a ser analisado pelo Auditor, seguindo as diretrizes da corregedoria, será o

- a) processo de compensação de créditos.
- b) processo de parcelamento.
- c) processo de fiscalização de tributos.
- d) processo de cobrança executiva.
- e) processo de restituição.

14. Considere uma sequência de infinitos termos, com termo geral a_n , em que:

$$\begin{cases} a_1 = 1 \\ a_2 = -1 \\ a_n = a_{n-1} \times a_{n-2}; \text{ para } n > 2 \end{cases}$$

A soma dos primeiros 2025 termos dessa sequência é igual a:

- a) -675.
- b) -677.
- c) -1.
- d) -2023.
- e) -2025.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

15. O tempo para a tramitação de um processo administrativo no SEFAZ GO, em um dado instante, é uma variável aleatória com distribuição normal, tendo média igual de 10 meses e desvio-padrão de 3 meses. Um novo grupo de auditores, recém-chegados à instituição, deve cuidar de alguns processos, que serão sorteados dentre os que já têm mais de 7 meses de duração.

Sobre a função acumulada da normal são dados os valores: $\phi(1)=0,80$, $\phi(1,5)=0,92$ e $\phi(2,0)=0,98$

Com tais informações, a probabilidade de que um procedimento com mais de 16 meses seja selecionado é igual a:

- a) 2,0%;
- b) 2,5%;
- c) 3,0%;
- d) 5,0%;
- e) 7,5%.

16. A especificação técnica de um produto afirma que a média de sua característica principal é de 200. Para testar esta afirmação, uma amostra aleatória simples de tamanho 9 forneceu uma característica média de 187 e desvio padrão amostral de 26. Calcule o valor mais próximo da estatística t para testar a hipótese nula de que a média da característica principal do produto é 200, admitindo que a distribuição da característica é normal.

- a) -2,0
- b) -1,81
- c) -1,86
- d) -1,64
- e) -1,5

17. Um processo X segue uma distribuição normal com média populacional desconhecida, mas com desvio-padrão conhecido e igual a 4. Uma amostra com 64 observações dessa população é feita, com média amostral 45. Dada essa média amostral, a estimativa da média populacional, a um intervalo de confiança de 95%, é

Utilize $P(z < 2) = 0,95$

- a) (42;48).
- b) (38;53).
- c) (44,8;45,1).
- d) (42,6;46,4).
- e) (44;46).

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

18. Determinada instituição financeira cobra uma taxa mensal d de desconto simples bancário. Considerando uma operação de n meses, a taxa mensal de juros compostos i dessa operação é:

- a) $i = d$
- b) $i = \sqrt[n]{1 - nd} - 1$
- c) $i = 1 + \sqrt[n]{1 - nd}$
- d) $i = 1 - \frac{1}{n \times (1+d)^n}$
- e) $i = \sqrt[n]{\frac{1}{1-nd}} - 1$

19. Uma indústria de móveis contrata um financiamento de R\$ 200.000,00 para a aquisição de novos equipamentos, com taxa de juros de 15% ao ano, a ser quitado em 5 parcelas anuais e iguais, pelo sistema de amortização francês (tabela Price). A primeira parcela vence um ano após a liberação do crédito. A instituição financeira apresenta a seguinte planilha parcial de amortização, na qual alguns valores estão omitidos:

Ano	Prestação (R\$)	Amortização (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
0	—	—	—	200.000,00
1	????	29.663,11	30.000,00	170.336,89
2	59.663,11	34.112,58	????	136.224,31
...

Para avaliar o custo total do financiamento, o departamento financeiro da indústria complementa a planilha até a quitação total do saldo devedor.

O total de juros, em milhares de reais, a ser pago pela indústria, considerando o pagamento integral de todas as prestações, está compreendido no intervalo:

- a) 50,1 a 65,0.
- b) 65,1 a 80,0.
- c) 80,1 a 95,0.
- d) 95,1 a 110,0.
- e) 110,1 a 125,0.

20. Uma empresa identificou cinco oportunidades de investimento distintas para expansão de suas operações. Considerando o investimento inicial de R\$ 36.000,00 as opções analisadas envolvem retornos distribuídos ao longo de seis períodos consecutivos. A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) estabelecida pela empresa é de 1% ao período, representando o retorno mínimo exigido para investimentos de risco equivalente. Dentre as opções a seguir, assinale a alternativa que apresenta o fluxo de caixa com maior Taxa Interna de Retorno (TIR):

- a) R\$10.000,00 - zero - zero - zero - R\$10.000,00 - R\$40.000,00.
- b) R\$10.000,00 - R\$10.000,00 - R\$10.000,00 - R\$10.000,00 - R\$10.000,00 - R\$10.000,00.
- c) R\$30.000,00 - R\$20.000,00 - zero - zero - zero - R\$10.000,00.
- d) zero - zero - R\$30.000,00 - R\$10.000,00 - R\$10.000,00 - R\$10.000,00.
- e) R\$10.000,00 - zero - R\$30.000,00 - R\$10.000,00 - zero - R\$10.000,00.

DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

21. Wanderleydsson nasceu na França, quando sua mãe, brasileira, lá estava a serviço do Brasil. Nesse caso, pode-se afirmar que:

- a) Wanderleydsson é brasileiro nato
- b) Wanderleydsson é brasileiro naturalizado
- c) Wanderleydsson pode ser extraditado pelo Brasil
- d) Wanderleydsson não pode presidir a Câmara dos Deputados
- e) Wanderleydsson pode se tornar brasileiro nato, caso opte, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

22. Sinforosa, brasileira nata, foi condenada a três anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática de um delito. A pena privativa de liberdade foi substituída por prestação de serviços à comunidade, tendo a condenação transitado em julgado. Nesse caso, à luz da jurisprudência do STF:

- a) Sinforosa perdeu a nacionalidade brasileira
- b) os direitos políticos de Sinforosa não serão suspensos, já que não ocorrerá prisão
- c) a condenação criminal não afeta os direitos políticos, em qualquer hipótese
- d) Sinforosa ficará inelegível, mas poderá votar nas próximas eleições
- e) Sinforosa terá os direitos políticos suspensos

23. Zanandrea é professora de uma Universidade Federal, percebendo R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais. Acumula, porém, o cargo de pesquisadora em um Instituto Federal, sendo a sua remuneração mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Levando-se em conta que o subsídio mensal em espécie dos Ministros do Supremo Tribunal Federal seja de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), seu amigo Wátylla afirmou que a acumulação de cargos, nessa hipótese, é lícita, desde que haja compatibilidade de horários, mas que será aplicado em um dos

contracheques de Zanandrea o redutor do valor recebido, conhecido como “abate-teto”. À luz da CF e da jurisprudência do STF:

- a) Wátylla está correto
- b) Zanandrea comete ato de improbidade administrativa, por acumular indevidamente cargos públicos
- c) Wátylla está errado em relação ao abate-teto
- d) Wátylla está errado, pois não se exige compatibilidade de horários
- e) Wátylla está completamente errado

24. Ysyslenne, brasileira, vereadora do Município de Arroio dos Ratos-RS, descobriu que uma empresa sediada no Município está despejando resíduos de sua produção diretamente num riacho local, causando dano ambiental. Ao procurar sua advogada, foi informada, corretamente, que poderia ajuizar:

- a) mandado de injunção
- b) mandado de segurança
- c) habeas corpus
- d) habeas data
- e) ação popular

25. Pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, exceto:

- a) Presidente da República
- b) Presidente do Senado Federal
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional
- d) Confederação sindical
- e) entidade de classe de âmbito nacional

26. Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra:

- a) lei federal
- b) medida provisória
- c) lei estadual
- d) lei municipal
- e) resolução do Conselho Nacional de Justiça

27. Compete aos Municípios legislar sobre, exceto:

- a) sobre a definição do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.
- b) meio ambiente, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados
- c) obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios
- d) proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo
- e) antecipação da fase da apresentação das propostas à habilitação dos licitantes

28. Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir:

- I - É permitido ao paciente, no gozo pleno de sua capacidade civil, recusar-se a se submeter a tratamento de saúde, por motivos religiosos.
- II - Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar qualquer verba de servidores públicos de carreiras distintas sob o fundamento de isonomia, tenham elas caráter remuneratório ou indenizatório.
- III - Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da concessão inicial.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

29. Em relação ao regime jurídico dos magistrados, julgue os itens a seguir:

- I – Cabe à lei complementar de cada Estado definir o estatuto dos magistrados estaduais.
- II – É garantia dos juízes a inamovibilidade, que pode, porém, ser relativizada em caso de decisão da maioria absoluta do Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
- III – É assegurada aos juízes a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

30. A respeito do papel constitucional dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa ERRADA:

- a) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, não se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- b) O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo cabível, porém, o julgamento ficto das contas por decurso de prazo, nos casos em que comprovada a omissão da Câmara Municipal.
- c) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- d) O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa.
- e) No âmbito da tomada de contas especial, é possível a condenação administrativa de Chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Durante uma auditoria interna, o município de Vila Serena identificou que a Secretaria de Saúde estava sobrecarregada na execução de diversas atividades administrativas. Para otimizar os trabalhos, decidiu-se criar um novo departamento dentro da própria secretaria, sem dotação de personalidade jurídica, com competência específica para gestão de insumos hospitalares.

Considerando a situação narrada e as formas de organização da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A concentração consiste na transferência de atribuições de uma pessoa jurídica para outra, com personalidade jurídica própria, visando ampliar a eficiência da execução administrativa.
- b) A desconcentração pressupõe a distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, criando órgãos sem personalidade jurídica.
- c) A descentralização ocorre quando a Administração Pública reparte internamente funções entre órgãos de uma mesma entidade.
- d) A centralização é caracterizada pela execução de atividades administrativas por pessoas jurídicas distintas, ligadas por vínculo de subordinação.
- e) A desconcentração implica a criação de novas pessoas jurídicas para desempenhar atividades administrativas específicas.

32. Acerca da organização da administração pública indireta, assinale a opção correta.

- a) As autarquias, instituídas por lei específica e dotadas de autonomia administrativa e financeira, detêm personalidade jurídica de direito privado, respondem diretamente por seus atos e operam de maneira descentralizada em relação ao ente criador, sem submeter-se a privilégios processuais típicos das pessoas de direito público.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, componentes da Administração indireta e voltadas a atividades econômicas ou serviços públicos, podem adotar livremente qualquer forma societária, uma vez que o ordenamento não impõe restrição quanto ao tipo escolhido, bastando a compatibilidade com o interesse público.
- c) As fundações públicas de direito público são criadas por lei específica, que lhes confere personalidade de direito público e integra-as à Administração indireta; atuam em finalidades sociais definidas pelo Estado, sujeitando-se ao regime jurídico público, inclusive quanto a controle e prerrogativas.
- d) Os consórcios públicos, instrumentos de cooperação federativa, terão sempre natureza de direito público, sendo vedada sua constituição sob regime de direito privado, qualquer que seja o conteúdo do protocolo de intenções ratificado pelos entes consorciados.
- e) A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa, mas a instituição dessas entidades ocorre exclusivamente por decreto do chefe do Executivo, dispensados outros procedimentos formais e controles prévios previstos em lei.

33. A Prefeitura de Santa Aurora nomeou um servidor para cargo comissionado, mas descobriu que o ato foi assinado por autoridade incompetente, embora não exclusiva, e sem a forma exigida em lei. Ao perceber o erro, a Administração avaliou a possibilidade de corrigir o vício sem necessidade de anular o ato, preservando os efeitos já produzidos.

Com base na situação apresentada, assinale a opção correta.

- a) A convalidação é aplicável a todo e qualquer vício do ato administrativo, independentemente de sua natureza.
- b) O ato convalidado retroage à data em que foi originalmente praticado, produzindo efeitos como se válido fosse desde então.
- c) Não é possível convalidar atos administrativos, pois todo vício acarreta sua nulidade absoluta, sendo obrigatória a anulação.
- d) A convalidação somente é possível quando se tratar de vício insanável, que não possa ser corrigido pela própria Administração.
- e) Apenas vícios de competência exclusiva e de objeto podem ser convalidados, excluídos vícios de forma e finalidade.

34. De acordo com os poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O poder hierárquico permite ao superior dar ordens, fiscalizar, delegar e avocar competências, sendo sempre exercido entre órgãos de diferentes pessoas jurídicas.
- b) O poder de polícia administrativa, por restringir direitos individuais, deve sempre ser exercido de forma vinculada, não havendo espaço para discricionariedade.
- c) O poder regulamentar consiste na competência de inovar no ordenamento jurídico, criando direitos e obrigações de forma originária, sem necessidade de previsão legal.
- d) O poder disciplinar autoriza a Administração a aplicar sanções por infrações funcionais a servidores e a particulares que estejam sujeitos à disciplina interna dos órgãos e serviços públicos.
- e) O poder hierárquico e o poder disciplinar são idênticos, pois ambos se destinam a manter a ordem interna e a obediência no serviço público.

35. Com base nos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade, no âmbito da Administração Pública, permite que o agente público atue livremente, desde que não haja proibição legal expressa.
- b) A impessoalidade exige que a Administração trate igualmente os administrados, mas admite a promoção pessoal de autoridades, desde que vinculada à divulgação de atos oficiais.
- c) O princípio da moralidade administrativa impõe que o administrador atue não apenas dentro da lei, mas também conforme padrões éticos e de boa-fé, sob pena de invalidação do ato.
- d) A publicidade, como princípio administrativo, obriga a divulgação irrestrita de todos os atos administrativos, independentemente de sigilo previsto em lei.
- e) O princípio da eficiência, introduzido no texto constitucional pela Emenda Constitucional nº 19/1998, restringe-se à prestação de serviços públicos, não alcançando a gestão interna.

36. Durante a execução de uma obra pública em Nova Esperança, um caminhão pertencente à Secretaria de Infraestrutura perdeu o controle por falha mecânica e causou danos a diversos veículos estacionados. Os motoristas lesados acionaram o Poder Público, alegando que não houve qualquer participação culposa ou dolosa de sua parte.

À luz da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade objetiva do Estado fundamenta-se na teoria do risco integral, a qual não admite excludentes de responsabilidade, como caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima.
- b) Os atos legislativos que, eventualmente, causem dano a terceiros não gerariam qualquer dever de indenização por parte do Estado, ainda que tais prejuízos sejam diretos e comprovados.

c) Mesmo que reste demonstrada a culpa exclusiva da vítima pelo evento danoso, tal circunstância não afastaria a responsabilidade do Estado, mantendo-se o dever de indenizar.

d) Em todas as hipóteses de omissão estatal, a responsabilidade civil do Estado será de natureza objetiva, prescindindo de demonstração de culpa ou dolo.

e) O Estado responde objetivamente por danos causados por seus agentes, nessa qualidade, independentemente de dolo ou culpa.

37. O Município de Bela Vista, por meio de contrato de concessão, delegou a uma empresa privada a exploração do serviço de transporte coletivo urbano. Durante reunião pública, diversos usuários reclamaram do valor elevado das tarifas e da má qualidade do serviço, exigindo que o Poder Público fiscalizasse e reduzisse os preços.

Sobre a classificação e princípios aplicáveis aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- a) Serviços *uti universi* são divisíveis e passíveis de cobrança individualizada dos usuários.
- b) O princípio da continuidade implica vedação absoluta à interrupção do serviço, mesmo por inadimplemento do usuário.
- c) O princípio da mutabilidade impede qualquer alteração nas condições de prestação do serviço.
- d) Serviços administrativos têm por objeto atividades econômicas exploradas pelo Estado.
- e) O princípio da modicidade tarifária busca assegurar que o preço do serviço seja justo e acessível.

38. A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O controle administrativo é aquele exercido exclusivamente pelos tribunais de contas, que examinam a legalidade e a legitimidade dos atos praticados pela Administração.
- b) O controle judicial pode avaliar a conveniência e oportunidade dos atos administrativos discricionários, substituindo o mérito administrativo pela decisão do magistrado.
- c) O controle legislativo é exercido apenas sobre o Executivo, não alcançando o Judiciário e o próprio Legislativo quando atuam administrativamente.
- d) O controle administrativo, também chamado de autotutela, é exercido pela própria Administração sobre seus atos e agentes, podendo resultar em anulação, revogação ou convalidação.
- e) O controle externo exercido pelo Legislativo dispensa a atuação dos tribunais de contas, que não possuem função fiscalizadora autônoma.

39. Durante o exercício de seu mandato como prefeito, João Batista autorizou a utilização de máquinas e servidores da prefeitura para realizar a construção de um galpão em sua propriedade particular. Posteriormente, ficou comprovado que tal utilização foi gratuita e não estava prevista em nenhum contrato ou convênio formalizado.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de João não configura ato de improbidade administrativa, pois não houve recebimento direto de dinheiro ou presente.
- b) A conduta configura ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, previsto expressamente na lei.
- c) Trata-se de ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, não sendo enquadrado como enriquecimento ilícito.
- d) A conduta é atípica, pois não houve intenção de obter vantagem econômica.
- e) A conduta só configuraria improbidade se tivesse causado prejuízo comprovado aos cofres públicos.

40. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O estudo técnico preliminar caracteriza o interesse público envolvido, define a melhor solução e serve de base para o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico.
 - b) O termo de referência deve conter, entre outros elementos, definição do objeto, requisitos da contratação, modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.
 - c) A contratação por tarefa consiste na contratação destinada à execução da obra ou do serviço, na qual é estabelecido um preço certo para unidades previamente determinadas.
 - d) O projeto básico deve conter elementos necessários e suficientes para definir e dimensionar a obra ou serviço, assegurando viabilidade técnica e tratamento adequado do impacto ambiental.
 - e) O projeto executivo detalha as soluções previstas no projeto básico, identificando serviços, materiais e equipamentos a serem incorporados à obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
-

DIREITO FINANCEIRO*Gabriela Zavadinack*

41. O Estado de Ômega, ao organizar seu planejamento orçamentário, aprovou em 2023 o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024 a 2027, definindo diretrizes, objetivos e metas para a administração pública estadual. No exercício de 2024, editou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que, entre outros pontos, estabeleceu as metas fiscais anuais e as prioridades para o exercício seguinte, incluindo investimentos em segurança pública. Já na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, o Poder Executivo optou por destinar dotações orçamentárias para o custeio de propaganda institucional e festividades locais, ao invés de contemplar os investimentos em segurança pública previstos como prioridade na LDO. Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A omissão é válida, pois a LDO possui caráter apenas programático e não vincula a elaboração da LOA, que pode estabelecer livremente suas dotações.
- b) A conduta do Executivo é irregular, pois a LOA deve observar as prioridades fixadas pela LDO, que, por sua vez, deve estar em consonância com o PPA.
- c) A conduta do Executivo é regular, pois apenas o PPA vincula a elaboração da LOA, sendo a LDO instrumento de caráter consultivo.
- d) A conduta é válida, pois compete ao Poder Executivo, com exclusividade, definir as dotações orçamentárias na LOA, não estando sujeito ao conteúdo da LDO.
- e) A conduta é irregular apenas se houver parecer desfavorável do Tribunal de Contas, já que esse órgão exerce o controle externo prévio da compatibilidade entre LDO e LOA.

42. No mês de setembro de 2025, o Estado Beta verificou a necessidade de ampliar dotações, de modo a reforçar despesas com pessoal decorrentes de aumento salarial concedido por lei específica. Para tanto, propôs abertura de crédito adicional. Nessa hipótese, de acordo com a Lei nº 4.320/1964:

- a) Trata-se de crédito extraordinário, pois se destina a despesas imprevistas e urgentes.
- b) Trata-se de crédito especial, pois a dotação inicial não previa tal despesa, sendo que o crédito poderá ser reaberto no exercício seguinte caso não seja integralmente utilizado em 2025.
- c) Trata-se de crédito suplementar, pois visa reforçar dotação já existente, sendo que o crédito terá vigência adstrita ao exercício de 2025, mesmo que não seja integralmente utilizado até 31/12/2025.
- d) Trata-se de remanejamento orçamentário, que dispensa autorização legal.
- e) Trata-se de crédito suplementar, pois visa reforçar dotação já existente, sendo que o crédito poderá ser reaberto no exercício seguinte caso não seja integralmente utilizado dentro de 2025.

43. Na tramitação da proposta orçamentária da União, um parlamentar apresentou emenda destinando recursos para custeio de festas tradicionais em sua região, argumentando que tais eventos promovem o turismo local, o que aumentará a arrecadação. Para tanto, indicou como fonte de recursos a anulação de despesas do orçamento da saúde para construção de um hospital regional e de pagamento de juros da dívida. De acordo com a Constituição Federal, a emenda é:

- a) Constitucional, pois a Constituição Federal dá liberdade ao parlamentar na destinação de recursos para emendas individuais.
- b) Inconstitucional, pois o parlamentar não poderia ter indicado a anulação de despesas do orçamento da saúde, já que isso é vedado pela Constituição Federal.
- c) Constitucional, desde que haja autorização em lei estadual ou municipal específica.
- d) Inconstitucional, pois o parlamentar não poderia ter indicado a anulação de despesas do orçamento da saúde e do pagamento dos juros da dívida, já que as duas situações são vedadas pela Constituição Federal.
- e) Inconstitucional, pois o parlamentar não poderia ter indicado a anulação de despesas com pagamento dos juros da dívida, já que essa situação é vedada pela Constituição Federal.

44. O Estado Delta, com o objetivo de estimular o setor industrial, aprovou lei estadual concedendo isenção parcial de ICMS às empresas que se instalassem em seu território a partir de 2026. A lei trouxe estimativa do impacto orçamentário-financeiro da medida no exercício em que deveria iniciar sua vigência e nos dois seguintes, demonstrou compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias e apontou medidas de compensação por meio do aumento da arrecadação de royalties, compensação financeira e tarifas públicas. À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a concessão desse benefício:

- a) É regular, pois o Estado apresentou a estimativa do impacto, as medidas de compensação e demonstrou compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias.
- b) É irregular, pois, além da forma inadequada de compensação, a lei não poderia prever benefício fiscal de ICMS sem prévia autorização do Senado Federal.
- c) É regular, desde que os valores oriundos de royalties, compensação financeira e tarifas sejam efetivamente arrecadados no exercício seguinte.
- d) É irregular, pois a LRF somente admite como medida de compensação o aumento de receitas tributárias ou de contribuições.
- e) É regular, porque a existência de estimativa de impacto e compatibilidade com a LDO são requisitos suficientes para convalidar a renúncia.

45. O Governo Federal pretende transferir recursos a um Município para construção de uma escola pública. Verificou-se, entretanto, que o Município se encontra inadimplente com relação a prestação de contas de convênios anteriores firmados com a União. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, essa transferência voluntária:

- a) É vedada, pois a inadimplência do Município impede o recebimento de novas transferências voluntárias.
- b) É permitida, pois o direito à educação prevalece sobre exigências fiscais.
- c) É permitida, desde que o valor seja destinado a despesas de capital.
- d) É permitida, desde que haja autorização expressa do Senado Federal.
- e) É vedada apenas se o Município não estiver cumprindo os limites constitucionais relativos à educação e saúde.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

46. Com relação à eficácia da lei no espaço, assinale a alternativa correta.

- a) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei do domicílio dos nubentes quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades de celebração.
- b) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país do domicílio do destinatário.
- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
- d) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.
- e) A prova de fatos, ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

47. Com relação às associações e fundações, assinale a alternativa correta.

- a) As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente aos empreendimentos de economia solidária.
- b) Associados contam com direitos e obrigações recíprocos.
- c) Compete privativamente à assembleia geral da associação aprovar as contas de cada exercício financeiro.
- d) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade sobre os bens dotados, e se não o fizer, serão estes incorporados em outra fundação de fim igual ou semelhante.
- e) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é necessário que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação.

48. Com relação às disposições gerais sobre contratos, assinale a alternativa correta.

- a) A garantia por evicção não subsiste se a aquisição se tiver dado em hasta pública.
- b) As partes não podem, por cláusula contratual, excluir a garantia contra evicção.
- c) O preço a ser indenizado em caso de evicção será o do valor da coisa, na época em que se venceu, e não o valor da coisa à época da celebração do contrato.
- d) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, não serão pagas pelo alienante.
- e) Para exercer o direito, que da evicção resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato ou qualquer dos seus antecessores.

49. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O incapaz não pode ser responsabilizado pelos prejuízos que causar, por ele respondendo seus pais, tutores ou curadores.
- b) O proprietário de prédio, ou parte dele, ainda que não o habite, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- c) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, não poderá pleitear do autor direito à indenização.
- d) No caso de homicídio, a indenização inclui prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
- e) Simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

50. Em relação ao tema que envolve o empresário, sua caracterização e o registro, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes ou em até trinta dias do início de sua atividade.
- c) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também averbá-la, com a prova da inscrição originária.
- d) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, por isso que a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.
- e) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, deve, observadas as formalidades legais, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

51. No que tange à classificação dos tipos societários admitidos no ordenamento jurídico, marque a opção que está de acordo com a lei:

- a) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados, sendo que a atividade deve restringir-se à realização de um negócio determinado.
- b) Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro; e, simples, as demais; e independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações e a limitada; e, simples, a cooperativa.
- c) A sociedade empresária deve constituir-se segundo um dos tipos regulados no Código Civil; a sociedade simples pode constituir-se de conformidade com um desses tipos, e, não o fazendo, subordina-se às normas que lhe são próprias, ressalvam-se as disposições concernentes à sociedade em conta de participação e à sociedade em comum, bem como as constantes de leis especiais que, para o exercício de certas atividades, imponham a constituição da sociedade segundo determinado tipo.
- d) A sociedade que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída, ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, deve, com as formalidades legais, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos, à sociedade empresária.
- e) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos, sendo que o empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

52. Sobre as correlações das sociedades e as operações societárias, escolha a única alternativa correta:

- a) Na fusão, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.
- b) É controlada a sociedade de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembléia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores e controle, esteja em poder de outra, mediante ações ou quotas possuídas por sociedades ou sociedades por esta já controladas.
- c) Diz-se de simples participação a sociedade de cujo capital outra sociedade participa com dez por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
- d) É coligada ou filiada a sociedade de cujo capital outra sociedade possua menos de dez por cento do capital com direito de voto.
- e) Salvo disposição especial de lei, a sociedade pode participar de outra, que seja sua sócia, por montante superior, segundo o balanço, ao das próprias reservas, excluída a reserva legal.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

53. Desejando matar Gisele, sua colega de trabalho, Luíza colocou substância tóxica na bebida da vítima. Gisele ingeriu a substância e começou a sentir os sintomas do veneno, como falta de ar, dores abdominais e outros, tendo sido levada às pressas ao Hospital. No Hospital, Gisele recebeu o atendimento médico necessário, mas acabou por falecer 12h depois em razão de um incêndio ocorrido no local, originado por um curto-circuito accidental.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o resultado morte será imputado a Luíza, pela teoria da causalidade adequada.

- b) o resultado morte não será imputado a Luíza, em razão de concausa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado, pela teoria da causalidade adequada.
- c) o resultado morte será imputado a Luíza, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- d) o resultado morte não será imputado a Luíza, em razão de concausa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- e) o resultado morte não será imputado a Luíza, em razão de concausa superveniente absolutamente independente.

54. Henrique solicitou a seu antigo chefe, o Promotor de Justiça Nilo, a confecção de uma certidão que atestasse a prestação de serviço voluntário junto ao Ministério Público pelo período de 03 anos, pois necessitava da certidão para fazer prova de tempo de prática jurídica em concurso da área jurídica no qual fora aprovado. Porém, considerando que Henrique somente atuou por dois anos naquela Promotoria, Nilo elaborou certidão atestando que Henrique havia atuado por 02 anos junto àquela Promotoria, desenvolvendo atividade de cunho jurídico. Henrique, então, falsificou a certidão emitida, adulterando-a, de forma a fazer constar “04 anos” ao invés dos “02 anos” atestados originalmente pelo antigo chefe.

Nesse caso, é correto afirmar que Henrique praticou o crime de:

- a) Falsidade material de atestado ou certidão.
- b) Falsificação de documento público, com aumento de pena de um sexto.
- c) Falsificação de documento público, sem aumento de pena.
- d) Certidão ou atestado ideologicamente falso.
- e) Falsificação de papéis públicos.

55. Leonardo, auditor-fiscal do estado de Goiás, detentor de função de direção e assessoramento, exigiu da empresa “DÉCIO MACHADO SERVIÇOS DE JARDINAGEM LTDA” o pagamento de determinado tributo estadual que sabia ser indevido. Apesar da exigência indevida, o dono da empresa não efetuou o pagamento e comunicou o fato ao Ministério Público.

A conduta de Leonardo, nesse caso, configura:

- a) crime de concussão, com aumento de pena de um terço.
- b) crime de concussão, sem aumento de pena.
- c) crime de excesso de exação, tentado, com aumento de pena de um terço.
- d) crime de excesso de exação, consumado, com aumento de pena de um terço.
- e) crime de excesso de exação, consumado, sem aumento de pena.

ECONOMIA

Celso Natale

56. Em um mercado em que os consumidores possuem muitas opções de produtos substitutos, enquanto os produtores têm pouca capacidade de ajustar sua oferta no curto prazo, a maior parte do ônus de um novo imposto sobre o produto tende a recair sobre

- a) o consumidor, pois ele possui menor poder econômico.
- b) o governo, que provoca ineficiência no mercado.
- c) ambos igualmente, na ausência de falhas de mercado.
- d) o produtor, independentemente de quem repassa o tributo.
- e) o intermediário, que repassa o preço ao consumidor final.

57. Em determinado mercado, um aumento de 1% no preço de um produto provocou uma redução de 2% na quantidade demandada. Com base nessas informações, é correto afirmar que a demanda por esse produto é:

- a) Perfeitamente inelástica.
- b) Inelástica.
- c) Elástica.
- d) Unitária.
- e) Perfeitamente elástica.

58. Considere que a produção de determinado bem ocorre em proporções fixas, ou seja, apenas uma combinação específica de insumos é capaz de gerar esse produto. Nesse contexto:

- a) a função de produção resultante é conhecida como Cobb-Douglas.
- b) as isoquantas se cruzam sempre que a relação entre as quantidades de insumos permanece constante.
- c) a quantidade necessária de insumos diminui à medida que se analisam pontos mais distantes da origem, em um gráfico que relaciona os dois fatores de produção.
- d) o nível de produto mantém-se inalterado, enquanto a proporção entre os insumos varia de forma contínua ao longo da isoquanta.
- e) as isoquantas assumem um formato característico em “L”.

59. Considere uma empresa competitiva no curto prazo, em que os custos fixos não variam com a quantidade produzida. Nesse contexto:

- a) o custo médio total sempre será menor que o custo médio variável, independentemente do nível de produção.
- b) o custo marginal cruza a curva do custo médio total exatamente no ponto de mínimo deste.
- c) o custo fixo médio aumenta à medida que a produção cresce, pois os custos totais se diluem.
- d) o custo variável total se mantém constante, já que independe do nível de produção no curto prazo.
- e) o custo marginal atinge seu ponto mínimo exatamente quando o custo fixo médio é igual ao custo médio variável.

60. Uma empresa monopolista na cidade de Boa Nova do Esteio do Sul produz seu produto a um custo médio e marginal constantes iguais a $C_{me} = CMg = 15$. Essa mesma empresa defronta-se com uma curva de demanda do mercado descrita por $P(Q) = 45 - 1.5Q$.

O lucro desse monopolista é:

- a) 112.5;
- b) 150;
- c) 750;
- d) 1125;
- e) 2250.

61. Ao defender que o sistema tributário deve interferir o mínimo possível nas decisões dos agentes econômicos, evitando distorções na alocação de recursos, o princípio tributário em destaque é o da

- a) capacidade contributiva.
- b) progressividade.
- c) seletividade.
- d) neutralidade.
- e) anterioridade.

62. A tributação é um dos pilares da política fiscal, sendo usada tanto para custear as despesas públicas quanto para influenciar o comportamento econômico. A Curva de Laffer ilustra a ideia de que existe um ponto de alíquota em que a arrecadação do governo é máxima, e que aumentos excessivos na carga tributária podem provocar efeitos contrários ao esperado.

Com base nessa teoria e nos princípios da tributação, assinale a alternativa correta:

- a) A Curva de Laffer demonstra que aumentos nas alíquotas de impostos sempre resultam em aumentos proporcionais de arrecadação.
- b) De acordo com os princípios da tributação, um sistema tributário eficiente deve priorizar sempre a equidade, mesmo que comprometa a arrecadação total.
- c) A Curva de Laffer indica que a arrecadação é máxima quando a alíquota de impostos atinge 100%, capturando todo o excedente econômico da sociedade.
- d) A função distributiva da tributação se cumpre por meio de impostos regressivos e programas de transferência de renda, visando reduzir desigualdades.
- e) Se a alíquota de impostos for muito alta, a arrecadação pode cair, pois os agentes econômicos tendem a reduzir sua atividade produtiva e buscar formas de evasão fiscal.

63. Os dados abaixo, em unidades monetárias, são referentes às Contas Nacionais de determinado país:

Produto Interno Bruto a preços de mercado: 15.000

Importação de Bens e Serviços: 500

Consumo Final: 10.000

Consumo Intermediário: 1.500

Formação Bruta de Capital Fixo: 2.000

Variação de Estoques: 1.000

Dessa forma, o valor da exportação de bens e serviços possui valor igual a:

- a) 1.500.
- b) 2.000.
- c) 2.500.
- d) 3.000.
- e) 3.500.

64. A respeito das Externalidades e dos Bens Públicos, indique qual das afirmativas abaixo está incorreta.

- a) A propriedade estatal, diferentemente da não exclusividade e da não rivalidade, não é característica inerente aos bens públicos.
- b) Caso a produção de um bem venha a gerar externalidades negativas, então o subsídio à produção pode ser uma medida útil para aumentar o bem-estar.
- c) O mero ato de consumir determinado bem é capaz de gerar externalidades negativas, sendo essa uma característica decorrente também da produção de bens.
- d) A presença de externalidades impede que a alocação de recursos seja eficiente no sentido de Pareto.
- e) Ao aumentar a tributação sobre a venda do cigarro, elevando seu preço, o governo está contribuindo para reduzir uma externalidade negativa.

65. No que diz respeito ao modelo IS-LM para uma pequena economia fechada, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a taxa de juros é bastante alta, ocorre o caso chamado “armadilha da liquidez”.
- b) É possível utilizar a política monetária para contrabalancear os efeitos de uma política fiscal sobre a taxa de juros.
- c) A política fiscal expansionista reduz a demanda por moeda, o que implica na elevação da taxa de juros.
- d) A curva LM representa o equilíbrio simultâneo nos mercados monetário e real.
- e) A curva LM é horizontal no chamado “caso clássico”.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

A Cia. Goiânia está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/20123, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	500.000	Provável
Fiscal I	400.000	Provável
Cível	200.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2024, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	600.000	Provável
Fiscal I	200.000	Provável
Fiscal II	300.000	Possível
Cível	420.000	Provável
Ambiental	150.000	Remota

Com base nas informações, responda às questões **66** e **67**.

66. O impacto no resultado de 2024 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- a) 200.000,00 negativo.
- b) 720.000,00 negativo.
- c) 40.000,00 positivo.
- d) 320.000,00 negativo.
- e) 580.000,00 negativo.

67. O valor evidenciado no balanço patrimonial da empresa enrolada correspondentes as provisões, foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 720.000,00.
- c) 800.000,00.
- d) 1.100.000,00.
- e) 1.320.000,00.

As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2024 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de Juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

Com base nas informações, responda às questões **68** e **69**.

68. O impacto reconhecido no resultado de dezembro de 2024 da empresa, referente às aplicações financeiras realizadas em 01/12/2024, foi, em reais,

- a) 100.000,00.
- b) 160.000,00
- c) 240.000,00
- d) 400.000,00.
- e) 440.000,00.

69. O valor que será reconhecido no balanço patrimonial em 31/12/2024 referente às três aplicações, foi em reais,

- a) 10.000.000,00.
- b) 10.400.000,00
- c) 10.660.000,00
- d) 10.760.000,00.
- e) 10.840.000,00.

Em 31/12/2023, a Cia. Rio Verde adquiriu 80% das ações da Cia. Anápolis pelo Valor de R\$ 30.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o patrimônio líquido contabilizado da Cia. Anápolis era R\$ 20.000.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 25.000.000,00, sendo a diferença decorrente de um ativo imobilizado adquirido anteriormente e avaliado pelo custo.

No período de 01/01/2024 a 31/12/2024, a Cia. Anápolis reconheceu as seguintes mutações em seu patrimônio líquido:

- Lucro líquido: R\$ 1.000.000,00.
- Distribuição de dividendos: R\$ 500.000,00.
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 200.000,00 (saldo devedor).

Com base nas informações, responda às questões **70** a **72**.

70. O valor do ágio pago pela Cia. Rio Verde na aquisição do investimento na Cia. Anápolis foi, em reais,

- a) 4.000.000,00.
- b) 10.000.000,00.
- c) 14.000.000,00.
- d) 24.000.000,00.
- e) 28.000.000,00.

71. O valor reconhecido pela Cia Rio verde no grupo Investimentos, na data de aquisição foi, em reais,

- a) 16.000.000,00.
- b) 20.000.000,00.
- c) 25.000.000,00.
- d) 28.000.000,00.
- e) 30.000.000,00.

72. Sabendo que a vida útil remanescente do ativo imobilizado que originou a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o patrimônio líquido avaliado pelo valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Colorida era 10 anos, o impacto total reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2024 da Cia. Rio Verde, decorrente do investimento na Cia. Anápolis, foi, em reais,

- a) 800.000,00.
- b) 799.600,00.
- c) 744.000,00.
- d) 400.000,00.
- e) 240.000,00.

Em 01/01/2023 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 5 anos
- Taxa de juros compostos: 9,1% ao ano
- Pagamento do principal e juros: 01/01/2028

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 600.000,00, pagos na data da obtenção do empréstimo, e a taxa de custo efetivo da emissão foi 10,00% ao ano.

Com base nas informações, responda às questões **73** e **74**.

73. O valor dos encargos financeiros decorrentes deste empréstimo reconhecidos no resultado do ano de 2023 em reais,

- a) 1.210.000,00
- b) 1.400.000,00
- c) 1.900.000,00
- d) 1.940.000,00
- e) 2.000.000,00

74. O saldo contábil do empréstimo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2023, foram, respectivamente, em reais,

- a) 19.400.000,00
- b) 21.340.000,00.
- c) 23.640.000,00.
- d) 25.600.000,00.
- e) 28.000.000,00.

75. Nas alternativas a seguir, estão listados ativos que são contabilizados como Propriedade para Investimento no Balanço Patrimonial de uma entidade, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- a) terreno mantido para futuro uso indeterminado
- b) propriedade que esteja sendo construída para futura utilização para locação a terceiros
- c) edifício que seja propriedade da entidade e que está arrendado sob um arrendamento operacional
- d) terreno mantido para valorização a longo prazo
- e) propriedade adquirida exclusivamente com vista à alienação subsequente no futuro próximo ou para desenvolvimento e revenda

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA,
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E
ECONÔMICA DE GOIÁS***Leandro Signori*

76. A transferência da capital de Goiás, de Vila Boa para Goiânia, no governo de Pedro Ludovico Teixeira, foi um marco político e econômico do estado. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) A mudança da capital foi resultado direto do fim da escravidão em Goiás, já que os coronéis locais defendiam uma nova cidade para centralizar o trabalho livre.
- b) A escolha do local da nova capital ocorreu como parte do pacto entre os Caiados e Getúlio Vargas, sendo oficializada ainda antes da Revolução de 1930.
- c) O projeto urbanístico de Goiânia foi elaborado no estilo Art Déco em evidência na arquitetura da época.
- d) A cidade de Goiânia foi inaugurada em 1933, com a imediata transferência da capital estadual e a dissolução do núcleo político de Vila Boa de Goiás.
- e) A construção de Goiânia foi uma iniciativa isolada de Pedro Ludovico, sem relação com as políticas nacionais do governo Vargas, como a Marcha para o Oeste.

77. O processo de urbanização de Goiás apresentou diferentes fases históricas, relacionadas a atividades econômicas e a políticas públicas. A respeito desse processo, assinale a alternativa correta.

- a) A urbanização goiana iniciou-se de forma planejada, a partir da construção de Goiânia, nos anos 1930, sem antecedentes de núcleos urbanos relevantes.
- b) A agricultura, por demandar maior fixação do trabalhador à terra, contribuiu mais para a formação de núcleos urbanos do que a pecuária, que se mostrava uma atividade de caráter mais “móvel”.
- c) A mineração, sobretudo do ouro no século XVIII, foi um fator decisivo para a formação de cidades como Vila Boa, Santa Luzia e Meia Ponte, mas a pecuária foi a principal responsável pelo enraizamento populacional.
- d) O processo de integração do território goiano ao Sudeste, via ferrovia, promoveu a ruptura completa com o perfil agropastoril da região, substituído por atividades exclusivamente industriais.
- e) A construção de Brasília teve pouca influência sobre o perfil demográfico e urbano de Goiás, pois a urbanização do estado já estava consolidada desde o século XIX.

78. A economia de Goiás, entre os séculos XVIII e XIX, passou por transformações estruturais determinadas pela mineração e, posteriormente, pela agropecuária. Considerando esse processo histórico, analise as proposições a seguir:

- I. A mineração, embora tenha promovido o povoamento inicial e a criação da Capitania de Goiás, não gerou acumulação de capital local, em virtude da evasão do ouro e do rígido controle metropolitano.
- II. O rápido esgotamento das minas, aliado à carência de mão de obra e às técnicas rudimentares, provocou a decadência da economia mineradora já na segunda metade do século XVIII.
- III. O declínio da mineração intensificou a ruralização, o isolamento cultural e a economia de subsistência, mas a pecuária destacou-se como atividade de exportação e sustentação mínima do território.
- IV. A construção da Estrada de Ferro Goiás, entre o final do século XIX e início do XX, representou a primeira inflexão no quadro de estagnação, conectando o estado ao mercado nacional e viabilizando a expansão urbana e capitalista.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas III e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas II, III e IV estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

79. Sobre a formação sociocultural de Goiás, marcada pela presença indígena, africana e europeia, e pelos processos de colonização, escravidão e mestiçagem, assinale a alternativa correta:

- a) A escassez de mulheres brancas durante o ciclo do ouro favoreceu intensa miscigenação entre brancos e negros, originando uma população miscigenada e mulata.
- b) A escravidão indígena foi uma política oficial e contínua da Coroa portuguesa, aplicada de forma

sistemática em Goiás até ser abolida apenas no século XIX.

- c) O abolicionismo em Goiás foi inexpressivo e sem lideranças locais, pois o número de escravizados era insignificante diante da população total da província.
- d) A pecuária no Norte de Goiás esteve desvinculada de processos de mestiçagem, pois sua mão de obra era majoritariamente composta por colonos europeus, introduzidos em larga escala no século XIX.
- e) A construção de Goiânia e, posteriormente, de Brasília, reforçou o isolamento demográfico de Goiás, mantendo sua base rural e dificultando fluxos migratórios.

80. A cultura goiana expressa-se em festas, rituais, literatura, música e culinária, marcada pela diversidade de influências indígenas, africanas e europeias. Sobre esses aspectos, assinale a alternativa correta:

- a) As Cavalhadas de Pirenópolis são um festejo contemporâneo, criado no século XX, inspirado apenas em narrativas locais, sem relação com tradições ibéricas.
- b) A Catira, dança marcada por batidas de pés e mãos, é considerada de origem puramente africana, trazida ao Brasil pelos escravizados e preservada quase sem influências externas.
- c) A Procissão do Fogaréu, na Cidade de Goiás, ocorre anualmente na Sexta-Feira da Paixão, com encenação da crucificação de Cristo em praça pública.
- d) Bernardo Elis destacou-se pela poesia intimista de caráter regional, mas nunca obteve reconhecimento nacional ou acadêmico.
- e) A devoção ao Divino Pai Eterno, em Trindade, remonta ao século XIX, constituindo-se na atualidade em uma das maiores festas religiosas do Brasil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**BANCO DE DADOS***Emannuelle Gouveia*

81. Sobre os modelos de dados, considere as afirmativas abaixo:

- a) O modelo relacional organiza os dados em tabelas bidimensionais, compostas por linhas e colunas, sendo cada linha uma tupla e cada coluna um atributo.
- b) O modelo multidimensional é frequentemente utilizado em sistemas transacionais (OLTP), pois privilegia a normalização e a redução de redundâncias.
- c) No modelo multidimensional, as restrições de integridade garantem a consistência lógica entre as tabelas.
- d) O modelo multidimensional é aplicado em sistemas de apoio à decisão (OLAP), representando dados em cubos para facilitar análises.
- e) O modelo relacional é mais adequado para consultas complexas de análise histórica do que o modelo multidimensional.

82. No processo de pré-processamento de dados, algumas técnicas são fundamentais para garantir qualidade e consistência antes da aplicação de algoritmos de análise. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A normalização de dados é utilizada para transformar variáveis categóricas em representações numéricas binárias, por meio da criação de colunas adicionais.
- b) A padronização consiste em ajustar os valores de uma variável para que tenham média zero e desvio padrão igual a um, preservando a distribuição original.
- c) A técnica de discretização é empregada para transformar variáveis numéricas contínuas em valores padronizados com média zero e variância unitária.

d) O balanceamento de classes, por meio de técnicas como oversampling e undersampling, não se relaciona ao pré-processamento, mas apenas à etapa de avaliação do modelo.

e) A imputação de dados ausentes é desnecessária em conjuntos grandes, pois algoritmos de aprendizado de máquina ignoram automaticamente valores faltantes sem comprometer resultados.

83. Em relação ao processamento analítico on-line (OLAP), assinale a alternativa correta.

- a) OLAP é orientado a operações de leitura intensiva, permitindo análise multidimensional e agregações sobre grandes volumes de dados históricos.
- b) OLAP substitui integralmente os sistemas OLTP, pois ambos têm o mesmo objetivo de registrar transações em tempo real.
- c) OLAP não utiliza modelos multidimensionais, sendo estruturado apenas em tabelas altamente normalizadas para reduzir redundância.
- d) OLAP é voltado exclusivamente ao controle de integridade transacional, seguindo rigidamente as propriedades ACID.
- e) OLAP não é adequado para análises históricas, pois sua arquitetura prioriza apenas o registro imediato de dados operacionais.

84. No contexto de Data Warehouse, Data Mining e Big Data, assinale a alternativa correta.

- a) O Data Warehouse é orientado a transações de curta duração e alto volume de atualizações, sendo a base típica de sistemas OLTP.
- b) O Data Mining tem como foco a captura e armazenamento de grandes volumes de dados, sem aplicar técnicas estatísticas ou de aprendizado de máquina.
- c) O Big Data é caracterizado apenas pelo grande volume de dados, não incluindo aspectos como variedade e velocidade de geração.
- d) O Data Warehouse adota arquitetura orientada a assunto, integrada, variável no tempo e não volátil, servindo de base para análises históricas.
- e) O Data Mining não pode ser aplicado sobre dados de um Data Warehouse, sendo restrito a bases operacionais.

85. Sobre bancos de dados não relacionais (NoSQL), assinale a alternativa correta.

- a) Bancos chave-valor, como o Redis, armazenam dados em pares compostos por uma chave única e um valor associado, permitindo acesso extremamente rápido.
- b) Bancos orientados a documentos, como o MongoDB, não suportam consultas complexas, sendo restritos apenas a operações básicas de inserção e exclusão.
- c) Bancos de grafos, como o Neo4j, não são adequados para representar relações complexas entre entidades, pois armazenam dados apenas em formato tabular.
- d) Bancos NoSQL são projetados exclusivamente para substituir os bancos relacionais em todos os cenários, inclusive em aplicações fortemente transacionais.
- e) Bancos de documentos exigem esquema rígido de tabelas normalizadas, tal como os bancos relacionais tradicionais.

GESTÃO DE PROJETOS

Fernando Pedrosa

Acerca de **PMBOK 7**, julgue os itens subsequentes.

86. Acerca de papéis e responsabilidades definidos para uma equipe de gerenciamento de projetos, de acordo com o PMBOK 7, qual tarefa específica NÃO é compartilhável?

- a) Autoridade
- b) Responsabilidade
- c) Prestação de contas
- d) Gerenciamento de qualidade
- e) Gerenciamento de Riscos

87. Sobre características e resumo de mudanças do PMBOK 7, assinale a alternativa correta.

- a) A nova edição é baseada em princípios, isto é, focada mais nos resultados pretendidos e menos nos entregáveis.
- b) Métodos ágeis (chamados de Adaptativos) são adotados como a abordagem de entrega recomendada para projetos.
- c) Projetos de sucesso são aqueles que entregam o seu resultado dentro do escopo, prazo, custo e qualidade definidos.
- d) É possível realizar o ajuste (Tailoring) de projetos, mas não da organização, pois estas estão em um nível de autoridade maior do que o gerente do projeto.
- e) Modelos, métodos e artefatos da edição anterior foram detalhados, inclusive prescrevendo quando, como e quais ferramentas devem ser utilizadas.

CIÊNCIAS DE DADOS*Lucas Ianni*

88. Em um cenário de aprendizado supervisionado, deseja-se escolher a tarefa que envolve prever uma variável contínua. Qual opção representa corretamente um problema de regressão?

- a) Atribuir uma categoria de risco (baixo/médio/alto) a pedidos de empréstimo.
- b) Prever o preço semanal do tomate no atacado (em R\$/kg) com base em histórico e clima.
- c) Detectar se um e-mail é spam ou não spam.
- d) Agrupar clientes em segmentos similares sem rótulos prévios.
- e) Identificar o idioma predominante de um texto curto.

89. Sobre análise de clusters e técnicas de agrupamento, assinale a alternativa correta.

- a) K-Means não usa número predeterminado de grupos.
- b) Os grupos são formados para minimizar a similaridade intragrupo e maximizar a similaridade intergrupos.
- c) K-Means é um método de agrupamento hierárquico.
- d) Em K-Means, diferentes centróides iniciais sempre levam ao mesmo resultado.
- e) Métodos hierárquicos bottom-up diferenciam-se dos top-down por iniciarem com cada observação isolada e irem fundindo grupos segundo um critério de proximidade.

90. Considere processos estocásticos estacionários e não estacionários. Assinale a opção que melhor descreve uma diferença chave.

- a) Um processo estacionário tem média e variância constantes no tempo.
- b) Apenas processos não estacionários podem ser modelados e previstos.
- c) Estacionários têm forte dependência de longo prazo e não estacionários não têm.
- d) Um não estacionário sempre retorna ao valor médio após choque.
- e) Tornam-se estacionários apenas aumentando o tamanho da amostra.

91. Sobre Perceptron Multicamadas (MLP), assinale a alternativa CORRETA.

- a) É uma rede “profunda” qualquer usada para tarefas como classificar imagens e detectar objetos em cenas complexas.
- b) É uma rede feed-forward com uma camada de entrada, uma de saída e uma ou mais camadas ocultas entre elas.
- c) É uma rede feita para dados sequenciais (texto, áudio, séries temporais), usando recorrência no tempo.
- d) É uma rede recorrente estocástica em que os nós tomam decisões binárias com alguma aleatoriedade.
- e) É uma rede totalmente conectada com realimentação, usada como memória associativa do estado coletivo.

92. É necessário utilizar um algoritmo de aprendizado de máquina para classificar objetos, visando atender a objetivos essenciais. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A regressão é um tipo de aprendizado supervisionado cujo objetivo é modelar a relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes.
- b) Regressão linear simples é um modelo de regressão linear com uma única variável explicativa.
- c) Um modelo logístico é um modelo estatístico que representa as chances de um evento como combinação linear de uma ou mais variáveis independentes.
- d) A regressão logística multinomial é um método de classificação que generaliza a regressão logística para mais de dois possíveis desfechos discretos.
- e) A regressão de Poisson é um modelo linear generalizado usado para modelar dados contínuos e tabelas de contingência.

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna

93. Considerando a NBC TA 320, assinale a INCORRETA:

- a) materialidade de desempenho significa o valor ou valores definidos pelo auditor como menor do que a materialidade das demonstrações contábeis como um todo a fim de reduzir o risco de agregação a um nível adequado.
- b) Se aplicável, a materialidade de desempenho também se refere ao valor ou valores definidos pelo auditor em um nível inferior ao nível ou níveis de materialidade de classes específicas de transações, saldos contábeis ou divulgações.
- c) Risco de agregação é a probabilidade de que o agregado de distorções não corrigidas e detectadas exceda a materialidade das demonstrações contábeis como um todo.

d) O auditor deve revisar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo no caso de tomar conhecimento de informações que o teriam levado a determinar inicialmente um valor diferente.

e) O auditor deve determinar a materialidade para execução da auditoria com o objetivo de avaliar os riscos de distorções relevantes e determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

94. Aponte o fator de risco de fraude relacionado a informação contábil fraudulenta classificado como atitude/racionalização:

- a) Alto nível de competição ou saturação do mercado, acompanhada por declínio da margem de retorno.
- b) Preocupação excessiva da administração não financeira com a seleção de políticas contábeis ou com a determinação de estimativas significativas.
- c) Supervisão geral inadequada dos gastos da alta administração.
- d) Alta rotatividade da alta administração, departamento jurídico ou dos responsáveis pela governança.
- e) Demissões conhecidas ou previstas de empregados.

95. Nos termos da NBC TA 501, assuntos relevantes para a avaliação das instruções e dos procedimentos da administração para o registro e o controle da contagem física do estoque incluem aqueles que tratam do seguinte, EXCETO:

- a) aplicação de controles apropriados, como coleta de registros de contagem física de estoque utilizados, contabilização de registros de contagem física de estoque não utilizados e procedimentos de contagem e recontagem
- b) cuidadosa identificação do estágio em que se encontra o produto em processo, assim como, de itens sem movimentação, obsoletos ou danificados e estoques de propriedade de terceiros, por exemplo, produtos em consignação.
- c) procedimentos usados para estimar quantidades físicas, quando aplicável, como, por exemplo, pode ser necessário para avaliar a quantidade física de uma pilha de carvão.
- d) controle do movimento do estoque entre áreas e o envio/ recebimento de estoque antes e depois da data de corte.
- e) rastreamento de itens selecionados dos registros de contagem da administração para o estoque físico.

96. Em relação à NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, é correto afirmar que:

- a) Para os testes de controles, o auditor deve projetar, para a população, as distorções encontradas na amostra.
- b) em amostragem, itens com maiores valores devem ter maior probabilidade de seleção.
- c) em circunstâncias extremamente raras, quando o auditor considera que uma distorção ou um desvio descoberto na amostra são anomalias, deve obter alto grau de certeza de que essa distorção ou esse desvio não sejam representativos da população.
- d) A distorção tolerável pode ter o mesmo valor ou valor maior do que o da materialidade na execução da auditoria.
- e) Unidade de amostragem é cada um dos itens individuais que constituem uma amostra.

97. A respeito dos testes de controle, conforme a NBC TA 330, assinale a afirmativa correta:

- a) São utilizados para avaliar determinados saldos contábeis.
- b) Têm como objetivo identificar erros cometidos pela administração.
- c) São aplicáveis na fase de comunicação de resultados da auditoria.
- d) Avaliam a eficácia do desenho dos controles internos relevantes.
- e) Devem ser aplicados em todos os processos, independentemente do risco.

98. Analise os itens:

- I. A evidência de auditoria nem sempre é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor.
- II. A evidência é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos executados durante o curso da auditoria.
- III. Um indivíduo externo ou organização externa pode, por exemplo, atuar como especialista da administração enquanto fornece um conjunto de informações específico, mas pode atuar como fonte de informações externa quando fornece um conjunto de informações diferente.

Estão corretos:

- a) II apenas
- b) III apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I e III.

99. Para auxiliar o auditor a avaliar o efeito das distorções detectadas durante a auditoria e a comunicar as distorções à administração e aos responsáveis pela governança, pode ser útil classificar as distorções entre distorção:

- a) factual, de julgamento e projetada.
- b) factual, projetada e relevante.
- c) razoável, relevante e significativa.
- d) relevante, factual e de julgamento.
- e) factual, de julgamento e razoável.

100. Durante um trabalho de auditoria independente, o auditor identificou que a administração de uma entidade insistia em utilizar premissas extremamente otimistas em suas estimativas contábeis, mesmo diante de evidências em sentido contrário. Essa situação exige atenção especial do auditor quanto à:

- a) neutralidade das políticas contábeis.
- b) falta de tempestividade da documentação.
- c) limitação de escopo.
- d) avaliação da estrutura organizacional da entidade.
- e) responsabilidade da governança sobre os testes de controle.

101. De acordo com a NBC TA 705, o auditor deve modificar sua opinião no relatório de auditoria quando:

- a) identificar qualquer divergência contábil em relação à legislação tributária.
- b) não conseguir obter evidência apropriada e suficiente sobre determinada matéria relevante.
- c) discordar da política de remuneração dos administradores.
- d) constatar que a entidade teve prejuízo contábil no exercício.
- e) identificar erro material não divulgado na nota explicativa.

102. Durante auditoria de um ativo imobilizado, o auditor deseja verificar fisicamente a existência de máquinas listadas no balanço patrimonial. O procedimento de auditoria mais adequado é:

- a) circularização.
- b) observação.
- c) correlação de informações.
- d) confirmação externa.
- e) inspeção.

CONHECIMENTO BÁSICO DA ESTRUTURA DA EFD ICMS/IPI

Paolla Ramos

103. Qual registro da EFD-ICMS/IPI compreende as Notas Fiscais modelo 01, 01B (Avulsa), 04 (Produtor), 55 (NF-e) e 65 (NFC-e)

- a) E100
- b) C100
- c) E110
- d) C400
- e) C110

104. Baseado no Anexo I do Manual de Orientação do Contribuinte – Versão 7.0 qual dos grupos abaixo traz o detalhamento dos produtos e Serviços da NF-e:

- a) Grupo H
- b) Grupo B
- c) Grupo M
- d) Grupo V
- e) Grupo I

CONTABILIDADE AVANÇADA*Gilmar Possati*

105. Em 31/12/2023, a empresa "Comércio de Precisão Ltda." realizou uma venda de mercadorias a prazo no valor nominal de R\$ 500.000,00, com vencimento previsto para 31/12/2025. A taxa de juros de mercado aplicável para operações similares na data da venda era de 12% ao ano. A política da empresa é aplicar o ajuste a valor presente (AVP) para todas as contas a receber e pagar de longo prazo, de acordo com a NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

Com base nessas informações, o valor da receita de vendas a ser reconhecida em 31/12/2023 e o valor da receita financeira a ser reconhecida no resultado do exercício de 2024, decorrentes dessa operação, foram, respectivamente:

- a) Receita de Vendas: R\$ 446.428,57; Receita Financeira: R\$ 53.571,43
- b) Receita de Vendas: R\$ 398.601,39; Receita Financeira: R\$ 47.832,17
- c) Receita de Vendas: R\$ 500.000,00; Receita Financeira: R\$ 0,00
- d) Receita de Vendas: R\$ 398.601,39; Receita Financeira: R\$ 53.571,43
- e) Receita de Vendas: R\$ 446.428,57; Receita Financeira: R\$ 47.832,17

106. A respeito do tratamento contábil dos Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio na conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior, conforme a NBC TG 02 (R3), analise as afirmativas a seguir:

- I. O método de taxa de câmbio de fechamento (taxa de câmbio da data do balanço) deve ser utilizado para converter todos os ativos e passivos, enquanto os itens de receita e despesa devem ser convertidos pela taxa de câmbio da data das transações.
- II. As diferenças cambiais resultantes da conversão de demonstrações contábeis de uma operação no exterior devem ser reconhecidas no resultado do período como ganhos ou perdas cambiais.
- III. Quando as demonstrações contábeis de uma operação no exterior são convertidas para fins de apresentação da controladora, quaisquer diferenças cambiais acumuladas que se relacionem com a participação de não controladores devem ser alocadas a esses não controladores.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

107. A mensuração e o reconhecimento de instrumentos financeiros são aspectos cruciais da contabilidade moderna, regidos principalmente pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Sobre a classificação e o tratamento contábil desses instrumentos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Um ativo financeiro é classificado para mensuração ao custo amortizado se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e se os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- II. Um passivo financeiro é geralmente mensurado ao valor justo por meio do resultado, exceto se for classificado como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado, como é o caso de debêntures e empréstimos bancários quando não detidos para negociação.
- III. Os derivativos, por natureza, são sempre mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam designados e efetivos como instrumentos de hedge em uma relação de hedge contábil.
- IV. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no resultado do período.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

108. A incorporação é uma das modalidades de reorganização societária previstas na Lei das Sociedades por Ações. Analise as características contábeis e jurídicas da incorporação:

- I. Na incorporação, uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, e as sociedades incorporadas se extinguem.
- II. Contabilmente, os ativos e passivos da sociedade incorporada são transferidos para a incorporadora pelos seus valores contábeis líquidos, sem que haja necessidade de ajustes a valor justo dos bens e obrigações da incorporada.
- III. Caso o valor de aquisição das ações da incorporada pela incorporadora seja superior ao valor contábil líquido do patrimônio líquido da incorporada na data da incorporação, a diferença é reconhecida como um ágio (*goodwill*) no balanço da incorporadora.
- IV. A incorporadora não é criada, mas assume a totalidade do patrimônio da incorporada, e os acionistas da incorporada recebem ações da incorporadora em troca de suas ações.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I e IV, apenas.

109. O desreconhecimento de ativos financeiros é um processo contábil complexo que determina quando um ativo financeiro deve ser removido do balanço patrimonial de uma entidade. Sobre os princípios e requisitos para o desreconhecimento, conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, analise as afirmativas a seguir:

- I. Uma entidade deve desreconhecer um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram ou quando o ativo financeiro é transferido e a transferência satisfaz os critérios de desreconhecimento.
- II. Para desreconhecer um ativo financeiro, a entidade deve ter transferido substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, independentemente de ter ou não retido o controle do ativo.
- III. Em uma transferência de ativo financeiro, se a entidade não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, mas retém o controle do ativo, o ativo continua a ser reconhecido na extensão do envolvimento continuado da entidade.
- IV. Operações de securitização de recebíveis onde a entidade originadora mantém uma participação de primeira perda são exemplos típicos de situações que resultam no desreconhecimento total do ativo financeiro.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

110. As operações de reorganização societária são ferramentas estratégicas para empresas que buscam otimização de sua estrutura. A fusão e a cisão são processos distintos com implicações contábeis e jurídicas específicas. Sobre esses dois tipos de reorganização, assinale a afirmativa correta:

- a) Na fusão, as sociedades fusionadas mantêm suas existências jurídicas e passam a integrar uma nova sociedade constituída para esse fim, sendo seus patrimônios combinados na nova entidade.
- b) A cisão parcial implica na extinção da sociedade cindida, com a transferência de parte de seu patrimônio para uma ou mais sociedades novas ou já existentes, e a distribuição das ações aos acionistas da sociedade cindida.
- c) Ao contrário da fusão, a cisão sempre resulta na extinção da sociedade original, seja ela total ou parcial, pois seu patrimônio é dividido entre outras entidades.
- d) Na fusão, a nova sociedade assume todos os direitos e obrigações das sociedades fusionadas, enquanto na cisão total, a sociedade cindida é extinta e seu patrimônio é vertido para outras sociedades existentes ou novas.
- e) Tanto na fusão quanto na cisão, os ativos e passivos das sociedades envolvidas são sempre contabilizados pelos seus valores contábeis originais, sem qualquer ajuste a valor justo, pois não há uma "compra" ou "venda" de ativos envolvida.

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Silvio Sande*

111. São dadas as seguintes informações, relativas à escrituração da Cia. Industrial Anápolis, no exercício de 2024 (em R\$):

Estoque inicial de produtos em elaboração	200.000,00
Mão-de-Obra direta	540.000,00
Despesas financeiras na aquisição de material direto.....	140.000,00
Estoque final de produtos acabados.....	300.000,00
Custos Indiretos de fabricação	960.000,00
Estoque final de produtos em elaboração.....	240.000,00
Material Direto consumido na produção	460.000,00
Despesa com fretes de venda	80.000,00
Estoque inicial de produtos acabados	400.000,00

O custo dos produtos vendidos pela companhia no exercício de 2024 correspondeu, em R\$, a

- a) 2.240.000,00
- b) 2.160.000,00
- c) 2.020.000,00
- d) 1.960.000,00
- e) 1.920.000,00

112. Uma empresa produz e vende determinada marca de cerveja e apresenta os seguintes dados:

Vendas: 220.000 unidades.

Preço de venda: R\$ 5,00 por unidade.

Custo variável: R\$ 160.000,00

Despesas variáveis: R\$ 300.000,00

Custo fixo: R\$ 130.000,00

Qual é a margem de contribuição total da empresa, em Reais?

- a) 280.000,00
- b) 350.000,00
- c) 400.000,00
- d) 470.000,00
- e) 620.000,00

Instruções: Para responder às questões de números **113** e **114**, considere as informações a seguir:

Determinada empresa tem capacidade para produzir 6.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 600,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

Custos fixos: R\$ 168.000,00/mês

Custos variáveis: R\$ 42,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 42.000,00/mês

Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto

Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto

113. O ponto de equilíbrio contábil da empresa, em unidades, é

- a) 500.
- b) 1200.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

114. Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 315.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- a) 1050.
- b) 1250.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

115. Considere os seguintes dados da empresa Altamira S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.
- Custos e despesas variáveis = R\$ 350,00/u.
- Custos e despesas fixos = R\$ 56.000,00/mês.
- Preço de venda = R\$ 600,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- a) 34 unidades.
- b) 38 unidades.
- c) 224 unidades.
- d) 258 unidades.
- e) 318 unidades.

116. Observe alguns itens do Relatório de Produção da Empresa ALFA, abaixo, em reais.

Itens	Valor Orçado	Valor Real
Unidades Consumidas	950.000,00	960.000,00
Preço Unitário	4,28	4,00

Sabendo que a empresa trabalha com três variações, assinale o valor das variações no preço e na quantidade, em reais, foram, respectivamente, de:

- a) 226.000,00 e 42.800,00
- b) 266.000,00 e 40.000,00
- c) 266.000,00 e 42.800,00
- d) 268.800,00 e 40.000,00
- e) 268.800,00 e 42.800,00

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Fernando Maurício

117. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Tributos são obrigações que possuem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

118. Em relação às previsões do Código Tributário Nacional sobre a Contribuição de Melhoria, assinale a alternativa correta:

- a) É um tributo de competência exclusiva da União, arrecadado mediante rateio em nível nacional e tem por finalidade fazer face ao custo de obras públicas que sejam necessárias, mas onerosas demais para serem custeadas pelo poder público federal, isoladamente.
- b) É instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) É instituído para fazer face ao custo de obras em prédios públicos, das quais decorra a valorização destes.
- d) É um tributo de competência privativa da União, tem como fato gerador obras públicas realizadas por ela e que beneficiam mais de um Estado, tem como contribuinte apenas pessoas jurídicas de direito público, e tem como limite de arrecadação o custo da obra realizada em cada uma destas unidades federadas.
- e) É um tributo de competência exclusiva dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal, e tem como limite de arrecadação a soma dos limites individuais de valorização imobiliária, representada pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

119. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

120. Assinale dentre as alternativas abaixo àquela que não corresponde a uma característica previstas às Contribuições Residuais:

- a) Instituída por Lei Complementar.
- b) Deve ser cumulativa.
- c) Não pode ter Base de Cálculo idêntica a das contribuições já previstas na Constituição Federal.
- d) Não pode ter Fato Gerador idêntico ao das contribuições já previstas na Constituição Federal.
- e) Só podem ser instituídas pela União.

121. O Princípio da Irretroatividade veda a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Embora a Constituição Federal não preveja exceções a este princípio, o Código Tributário Nacional (CTN) traz algumas. Assinale a alternativa que apresenta uma exceção à irretroatividade, conforme o CTN:

- a) Lei que aumente a base de cálculo de um imposto e incida sobre fatos geradores pendentes.
- b) Lei que reduza a alíquota de um tributo e retroaja para alcançar fatos geradores de anos anteriores.
- c) Lei que seja expressamente interpretativa.
- d) Lei que estabeleça novas hipóteses de incidência tributária, com aplicação retroativa para garantir a justiça fiscal.
- e) Lei que institua um novo imposto, com cobrança a partir da data de publicação para fatos geradores já ocorridos.

122. A Igreja Batista de Goiânia alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

123. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas mínimas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas máximas para o ICMS.
- III-) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, utilização e nacionalidade do veículo automotor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) II.

124. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

125. A respeito do instituto da Denúncia Espontânea no Direito Tributário, conforme o Código Tributário Nacional (CTN) e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta:

- a) A denúncia espontânea afasta a incidência de multas punitivas, mas não exclui as multas moratórias, pois estas decorrem do atraso no pagamento do tributo.
- b) O benefício da denúncia espontânea é aplicável quando o contribuinte confessa o ilícito tributário e solicita o parcelamento do débito, antes de qualquer procedimento de fiscalização.
- c) A denúncia espontânea é um favor legal que afasta a cobrança de juros de mora e de todas as multas, desde que o pagamento integral seja realizado antes do início da fiscalização.
- d) Para tributos sujeitos a lançamento por homologação, o benefício da denúncia espontânea se aplica se o tributo foi regularmente declarado, mas pago a destempo.
- e) Não se considera espontânea a denúncia realizada após o início de ação fiscal no contribuinte.

126. Segundo o CTN, não é caso de interpretação literal os casos de legislação tributária que disponha sobre:

- a) moratória.
- b) anistia.
- c) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- d) parcelamento.
- e) remissão.

127. Em relação às hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II-) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- III-) Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

128. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- III-) Mediante intimação escrita ou verbal, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA*Eduardo Da Rocha*

129. A legislação do IBS e da CBS estabeleceu claras regras sobre o início do procedimento fiscal, delimitando o momento exato em que se rompe a espontaneidade do sujeito passivo e se inaugura a atuação formal da autoridade tributária. Essas regras são essenciais tanto para a segurança jurídica do contribuinte quanto para a efetividade da fiscalização. Considerando as disposições da LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo:

- I. A apreensão de documentos ou livros, ainda que em meio digital, configura início de procedimento fiscal, excluindo a espontaneidade do sujeito passivo.
- II. O simples cruzamento de dados entre informações da administração tributária e de terceiros caracteriza início de procedimento fiscal, impedindo a denúncia espontânea.
- III. A ciência, pelo contribuinte, do primeiro ato de ofício praticado por autoridade fiscal que vise à apuração de obrigação tributária ou infração, configura início do procedimento fiscal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

130. A empresa Sidercon Ltda., fabricante de estruturas metálicas, foi alvo de diversas ações fiscais nos últimos meses. Em duas ocasiões, recusou-se a fornecer documentos exigidos pelos auditores, alegando sigilo comercial. Na terceira visita, impediu o acesso da equipe fiscal ao seu galpão de produção, exigindo ordem judicial. Além disso, a Receita Estadual identificou que parte das operações da empresa estava sendo realizada com uso de CNPJ de outra pessoa jurídica sem qualquer relação societária com a Sidercon Ltda.

Diante desse cenário, a administração tributária avalia a adoção de medidas mais rigorosas para garantir o cumprimento das obrigações tributárias da empresa. Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) A exigência de ordem judicial para ingresso em estabelecimento comercial torna ilegítima a fiscalização, impedindo a adoção do Regime Especial de Fiscalização.
- b) Apenas a prática reiterada de infrações tributárias permite a aplicação do Regime Especial de Fiscalização.
- c) A recusa de acesso ao estabelecimento e o fornecimento parcial de documentos não justificam, isoladamente, a imposição do Regime Especial de Fiscalização.
- d) A constituição da empresa por interpostas pessoas e a resistência à fiscalização autorizam a imposição de Regime Especial de Fiscalização.
- e) A constituição da empresa por interpostas pessoas autoriza a imposição de Regime Especial de Fiscalização, porém não se autoriza a imposição desse regime ao caso de resistência à fiscalização

131. Com o objetivo de simplificar a tributação do setor de bares, restaurantes e lanchonetes, a legislação instituiu um regime específico de incidência do IBS e da CBS, com regras próprias quanto à base de cálculo, exclusões e alíquotas.

Considerando essas disposições da LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) O fornecimento de bebidas alcoólicas preparadas no próprio estabelecimento está sujeito ao regime específico aplicável a bares e restaurantes.
- b) A base de cálculo do regime específico inclui todas as gorjetas pagas pelos clientes.
- c) Empresas que fornecem alimentação sob contrato para pessoas jurídicas estão abrangidas pelo regime específico de bares e restaurantes.
- d) O regime específico permite a exclusão da base de cálculo dos valores retidos pelas plataformas digitais a título de comissão.
- e) Os adquirentes de refeições fornecidas por bares e restaurantes podem se apropriar dos créditos de IBS e CBS.

132. O avanço das tecnologias digitais e a crescente popularização das plataformas de apostas online (especialmente as chamadas *bets*) têm impulsionado de forma significativa o mercado de concursos de prognósticos no Brasil. Diante desse cenário, a LC 214/2025 criou um regime específico de tributação para essas atividades.

Considerando esse regime especial previsto para os concursos de prognósticos, assinale a alternativa correta:

- a) A base de cálculo do IBS e da CBS corresponde à totalidade da arrecadação obtida com as apostas.
- b) As premiações pagas aos apostadores integram a base de cálculo do IBS e da CBS, mas estão sujeitas à alíquota reduzida.
- c) Os apostadores dos concursos de prognósticos poderão se apropriar de créditos de IBS e CBS, desde que estejam em regime não cumulativo.

d) As alíquotas do IBS e da CBS sobre concursos de prognósticos correspondem à soma das alíquotas padrões definidas por autonomia das esferas federativas.

e) A base de cálculo corresponde à receita líquida da entidade promotora, obtida após a dedução das premiações e das destinações legais obrigatórias.

133. Com o objetivo de mitigar os efeitos regressivos do sistema tributário, especialmente sobre o consumo das camadas mais vulneráveis da população, a LC 214/2025 instituiu um mecanismo de devolução do IBS e da CBS para famílias de baixa renda (Cashback). Essa sistemática busca garantir maior justiça fiscal ao reembolsar, total ou parcialmente, tributos incidentes sobre bens e serviços essenciais consumidos por essas famílias.

Com base nas disposições legais sobre esse mecanismo de devolução, analise as afirmativas a seguir:

- I. Em nenhuma hipótese a parcela creditada individualmente à família beneficiária poderá superar o ônus do tributo suportado relativo à CBS e o ônus do tributo suportado relativo ao IBS, incidentes sobre o consumo das famílias.
- II. As devoluções de tributos sobre contas de energia elétrica e de telecomunicações deverão ocorrer, preferencialmente, em periodicidade trimestral, por meio de crédito bancário.
- III. As famílias beneficiadas devem ter renda familiar per capita de até um salário-mínimo e inscrição ativa no CPF, além de residência no território nacional.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa I está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

134. A legislação complementar que disciplina o IBS e a CBS prevê hipóteses de redução de alíquota para diversas atividades e produtos, com o objetivo de tornar o sistema mais justo e atender a demandas sociais específicas. Em meio a essas previsões, algumas situações contam com redução **integral** da alíquota, enquanto outras recebem reduções **parciais**.

Considerando as regras da LC 214/2025, assinale a alternativa que corresponde a uma situação **em que a alíquota do IBS e da CBS seja reduzida a zero**:

- a) Serviço de educação prestado por instituição privada de ensino superior.
- b) Prestação de serviços por arquiteto inscrito em conselho profissional.
- c) Venda de alimentos industrializados destinados ao consumo humano.
- d) Aquisição de automóvel por motorista de táxi para uso profissional.
- e) Venda de produtos de higiene pessoal para famílias de baixa renda.

135. A empresa brasileira Intellectus Softwares Ltda. contratou uma licença de uso temporário de um sistema de gestão empresarial fornecido por uma empresa sediada na Irlanda. A solução é acessada de forma remota e utilizada integralmente pelos funcionários da Intellectus no Brasil. O setor tributário da empresa questiona se há incidência de IBS e CBS sobre essa operação, e quem seria o contribuinte da obrigação tributária.

Considerando o disposto na LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) Não se configura importação de serviço, pois o fornecimento do software ocorre no exterior.
- b) A operação configura importação de bem imaterial, e o contribuinte do IBS e da CBS é a empresa brasileira contratante.
- c) A operação está isenta de IBS e CBS por envolver serviço de tecnologia, considerado essencial à inovação.

d) A operação não está sujeita ao IBS e à CBS porque o software é licenciado e não adquirido em caráter definitivo.

e) O contribuinte do IBS e da CBS é o fornecedor estrangeiro, ainda que a empresa contratante esteja no Brasil.

136. O regime de não cumulatividade do IBS e da CBS, tal como disciplinado pela LC 214/2025, prevê regras específicas sobre a apropriação, manutenção e obrigatoriedade de estorno de créditos. Essas regras buscam assegurar que o aproveitamento de créditos reflita fielmente a destinação econômica dos bens e serviços adquiridos, evitando abusos ou distorções.

Com base nesse regime, analise as afirmativas a seguir:

- I. O contribuinte deverá estornar o crédito apropriado sobre bem que venha a perecer, deteriorar-se ou ser objeto de roubo, furto ou extravio.
- II. Em caso de roubo ou furto de bem do ativo imobilizado, o estorno do crédito deverá ser feito de forma integral, no momento da perda.
- III. Nas operações com alíquota reduzida, o contribuinte deverá estornar os créditos proporcionalmente à redução aplicada.
- IV. Quando a operação for devolvida ou cancelada por adquirente que não esteja no regime regular, o fornecedor poderá apropriar crédito com base no valor do débito da operação devolvida ou cancelada.
- V. A aquisição de bens ou serviços utilizados em operações isentas ou com alíquota zero não gera direito a crédito de IBS e CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

137. A empresa Solução Rápida Marketplace Ltda. intermedeia vendas por meio de sua plataforma digital e utiliza prestadores de serviço de pagamento para repassar os valores das transações aos fornecedores. Em uma das operações, o pagamento foi processado normalmente, mas, por instabilidade temporária, não foi possível consultar o sistema do Comitê Gestor do IBS e da RFB sobre os valores exatos dos débitos a serem segregados via split payment na modalidade padrão.

Diante dessa situação, e à luz da LC 214/2025, assinale a alternativa correta quanto ao procedimento a ser seguido:

- a) O pagamento ao fornecedor deverá ser suspenso até que o sistema do Comitê Gestor esteja disponível para consulta, sob pena de responsabilidade solidária da plataforma.
- b) A plataforma poderá efetuar o repasse integral ao fornecedor, desde que este assuma contratualmente a obrigação de recolher o IBS e a CBS.
- c) O prestador de serviço de pagamento deve recolher o valor total dos débitos do IBS e da CBS com base nas informações recebidas, cabendo ao Comitê Gestor e à RFB restituir eventual valor excedente.
- d) A responsabilidade pelo recolhimento dos tributos nesse caso recairá exclusivamente sobre o fornecedor, conforme regra geral do split payment.
- e) Nenhum recolhimento poderá ser feito sem validação prévia do sistema oficial; a operação deverá ser desconsiderada para fins fiscais até regularização.

138. A apropriação de créditos no regime do IBS e da CBS depende da relação dos bens e serviços com a atividade econômica do contribuinte. Entretanto, a LC 214/2025 define hipóteses em que a aquisição é considerada de uso ou consumo pessoal, vedando o crédito.

Com base nessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) Obras de arte e antiguidades de valor histórico ou arqueológico não são considerados bens de uso pessoal.
- b) A empresa que fornece bebidas alcoólicas aos seus empregados durante eventos corporativos pode apropriar créditos normalmente, desde que os eventos sejam promovidos em suas dependências.
- c) Considera-se de uso ou consumo pessoal a disponibilização de imóveis residenciais a empregados, apenas quando não houver vínculo contratual de trabalho.
- d) É possível apropriar crédito sobre planos de saúde fornecidos aos empregados quando previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- e) Bens e serviços utilizados por family offices não são considerados de uso ou consumo pessoal, desde que haja vínculo econômico com os sócios.

139. A definição de quem é contribuinte do IBS e da CBS é essencial para fins de responsabilização pelo recolhimento do tributo. A LC 214/2025 estabelece critérios objetivos e subjetivos para caracterização do contribuinte, bem como excepciona algumas situações. Com base na legislação, analise as afirmativas abaixo:

- I. O adquirente de um bem apreendido, adquirido por licitação promovida por órgão público, é considerado contribuinte do IBS e da CBS.
- II. Uma pessoa física que comercializa bens com habitualidade, mesmo sem estar formalmente registrada como empresa ou profissional autônomo, é considerada contribuinte.
- III. O transportador autônomo de carga, por praticar fato gerador com habitualidade, é considerado contribuinte do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

140. Em diversos contextos jurídicos e econômicos, certas operações são excluídas da incidência do IBS e da CBS por não configurarem fato gerador dos tributos. A LC 214/2025 disciplina hipóteses específicas de **não incidência**, que merecem atenção dos operadores do direito tributário. Com base nessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) A transferência de bens entre estabelecimentos do mesmo contribuinte está sujeita ao IBS e à CBS, ainda que não haja venda.
- b) Os rendimentos financeiros estão sempre sujeitos ao IBS e à CBS, independentemente do regime de apuração.
- c) O recebimento de dividendos e de juros sobre capital próprio constitui hipótese de incidência normal do IBS e da CBS.
- d) Doações realizadas sem qualquer contraprestação em benefício do doador não se sujeitam ao IBS nem à CBS.
- e) A prestação de serviço por administrador de empresa, ainda que pessoa física, está sujeita à incidência do IBS e da CBS.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Eduardo Da Rocha

141. A legislação tributária do Estado de Goiás estabelece penalidades pecuniárias específicas para os contribuintes que descumprirem obrigações relacionadas às taxas estaduais. Considerando as regras de aplicação de multas por infrações dessa natureza, analise as afirmativas abaixo:

- I. A omissão no pagamento da taxa dentro do prazo legal resulta em multa entre 1 a 3 vezes o valor da taxa devida, não podendo ser inferior a R\$ 64,00.
- II. A entrega de documentos com datas falsificadas, com o intuito de adiar ou evitar o recolhimento da taxa, sujeita o infrator a multa de valor fixo.
- III. O contribuinte que, no mesmo contexto, deixar de pagar a taxa no prazo e também descumprir obrigação acessória poderá ser penalizado com ambas as multas, de forma cumulativa.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

142. A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), no Estado de Goiás, varia de acordo com a origem e a forma de aquisição do veículo pelo consumidor final. A legislação estabelece critérios distintos para veículos novos, importados, incorporados ao ativo permanente ou montados por conta do adquirente. Com base nessa sistemática, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) No caso de aquisição de veículo novo por consumidor final, a base de cálculo do IPVA é o valor do documento fiscal de compra, somado ao valor de opcionais, acessórios e demais despesas da operação.
- b) Para veículos importados diretamente do exterior por consumidor final, a base de cálculo do imposto compreende o valor constante do documento de importação, inclusive tributos e despesas, ainda que não pagos.
- c) Quando um fabricante, revendedor ou importador incorpora um veículo ao seu ativo permanente, considera-se como base de cálculo o valor venal do veículo apurado na tabela da Secretaria da Fazenda.
- d) Veículo montado por conta e ordem do consumidor terá como base de cálculo o somatório das notas fiscais das partes, peças e serviços utilizados, sendo esse somatório limitado ao valor médio de mercado.
- e) Quando se tratar de veículo usado, a base de cálculo é o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento.

143. Um contribuinte adquiriu um automóvel de passeio com potência de **95cv**, registrado no Estado de Goiás. De acordo com a legislação estadual vigente, assinale a alternativa que apresenta corretamente a alíquota aplicável do IPVA para esse veículo:

- a) 1,25%
- b) 3%
- c) 3,45%
- d) 3,75%
- e) 4%

144. O Documento Auxiliar do MDF-e (DAMDFE) é peça fundamental para o controle fiscal e logístico da circulação de cargas, sendo utilizado para acompanhar fisicamente a mercadoria em trânsito. Com base nas normas aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) O DAMDFE pode ser impresso em qualquer tipo de papel, desde que legível, inclusive papel jornal.
- b) É vedada a apresentação do DAMDFE em meio eletrônico, exceto em transporte ferroviário.
- c) A impressão do DAMDFE no modal aéreo pode ocorrer até três horas após a decolagem, desde que a carga permaneça sob responsabilidade do transportador até esse momento.
- d) O DAMDFE poderá ser utilizado antes da autorização de uso do MDF-e, desde que o transportador já possua o XML emitido.
- e) O código de barras presente no DAMDFE é facultativo, podendo ser substituído por QR Code, conforme o leiaute do transportador.

145. O Estado de Goiás permite, em determinadas situações, que contribuintes optantes do Simples Nacional utilizem um benefício fiscal que reduz a base de cálculo do ICMS na apuração do diferencial de alíquotas (DIFAL), resultando em uma carga tributária efetiva de 11%. No entanto, essa sistemática possui exceções e condições

específicas. Com base nessa previsão, assinale a alternativa correta:

- a) A redução da base de cálculo pode ser aplicada nas aquisições de energia elétrica realizadas por empresas do Simples Nacional.
- b) A redução da base de cálculo pode ser aplicada nas aquisições de milho realizadas por empresas do Simples Nacional.
- c) A aquisição de couro salgado está entre as situações em que não se admite o uso da base de cálculo reduzida no cálculo do DIFAL.
- d) O percentual de 11% aplica-se a todas as mercadorias adquiridas em outras unidades da federação por optantes do Simples Nacional.
- e) O benefício só pode ser utilizado quando se tratar de mercadoria destinada à industrialização.

146. O cancelamento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a emissão da Carta de Correção Eletrônica (CC-e) são instrumentos utilizados para sanar equívocos na documentação fiscal eletrônica. Sobre esse tema, previsto no Ajuste SINIEF 07/2005, assinale a alternativa correta:

- a) A NF-e poderá ser cancelada no prazo máximo de 72 horas, mesmo que já tenha ocorrido o início da circulação da mercadoria.
- b) A CC-e pode ser utilizada para corrigir o valor da operação, desde que o erro não tenha alterado o valor total da nota.
- c) O cancelamento da NF-e só é admitido se não tiver havido circulação de mercadoria, prestação de serviço ou vinculação à Duplicata Escritural.
- d) É permitida a utilização de carta de correção em papel quando o sistema da Sefaz estiver fora do ar e o contribuinte comprovar o erro.
- e) O emitente pode transmitir várias CC-e para uma mesma NF-e, sem a necessidade de consolidar as alterações feitas anteriormente.

147. No contexto das operações realizadas entre produtores e cooperativas localizados no Estado de Goiás, a legislação tributária estabelece regras específicas de responsabilidade pelo pagamento do ICMS. A respeito dessas disposições, analise as afirmativas abaixo:

- I. A cooperativa localizada em Goiás torna-se responsável pelo recolhimento do ICMS devido na operação em que adquire mercadorias de seus cooperados, também situados no Estado.
- II. A cooperativa localizada em Goiás torna-se responsável pelo recolhimento do ICMS devido na operação em que adquire mercadorias de seus cooperados, situados em outras unidades da federação.
- III. O recolhimento do imposto devido na saída da mercadoria entre o produtor e a cooperativa será exigido no momento da saída subsequente promovida pela cooperativa destinatária, ainda que esta operação esteja isenta ou não sujeita ao ICMS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

148. A Instrução Normativa nº 199/2022, da Secretaria de Estado da Economia de Goiás, regulamenta o procedimento de autorregularização fiscal, permitindo ao contribuinte sanar irregularidades sem que isso implique a instauração de ação fiscal imediata. Com base nas disposições dessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) O envio do comunicado de autorregularização pelo Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) caracteriza o início formal de procedimento fiscal contra o contribuinte.

b) O prazo para o contribuinte regularizar a situação fiscal é de 10 dias, contados do recebimento do comunicado.

c) Caso o contribuinte não receba o comunicado, presume-se sua regularidade fiscal, dispensando nova apuração.

d) O contribuinte poderá realizar a autorregularização mediante recolhimento integral do tributo, solicitação de parcelamento ou cumprimento de obrigação acessória.

e) Todas as irregularidades fiscais podem ser corrigidas por autorregularização, inclusive aquelas não descritas no comunicado enviado.

149. A legislação tributária do Estado de Goiás prevê que, em determinadas circunstâncias, o contribuinte deve estornar o crédito de ICMS anteriormente apropriado. A esse respeito, analise as afirmativas abaixo:

I. O contribuinte deve estornar o crédito do ICMS quando a mercadoria, que inicialmente se destinava a ser revendida com tributação, acaba sendo utilizada para consumo próprio, em proporção à parcela de operações isentas ou não tributadas.

II. Se o bem adquirido para produção for empregado na fabricação de produto final cuja saída seja isenta, o crédito originalmente apropriado deverá ser estornado.

III. Caso não haja operação posterior envolvendo a mercadoria que gerou o crédito, seja por extravio, inutilização ou qualquer outro motivo, o contribuinte estará obrigado ao estorno do imposto creditado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

150. A base de cálculo do ICMS pode ser composta ou ajustada de forma específica em determinadas operações, inclusive por arbitramento fiscal. A respeito das hipóteses legais de composição ou arbitramento da base de cálculo no âmbito do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) O valor do frete cobrado por empresa interdependente ao remetente da mercadoria não integra a base de cálculo do ICMS quando esteja acima dos níveis normais de preço de mercado.
- b) Na aquisição de mercadoria estrangeira por meio de licitação pública, a base de cálculo do ICMS será o preço da operação de venda.
- c) No fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios, a base de cálculo do ICMS é o valor da operação, assim entendido o valor da mercadoria fornecida e do serviço prestado.
- d) Quando houver dúvida sobre a veracidade das informações prestadas pelo contribuinte, a autoridade fiscal deverá obrigatoriamente adotar os valores declarados até que haja decisão definitiva em processo administrativo.
- e) O arbitramento da base de cálculo só poderá ser realizado se não houver nota fiscal da operação ou prestação.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Rafael Rocha

151. José, domiciliado em Goiás e nele falecido em 10/08/2021, deixou de herança ações com cotação em bolsa de valores (aproximadamente 30% do valor total da herança) e imóveis localizados no Mato Grosso do Sul (aproximadamente 70% do valor total da herança). No momento do óbito, a alíquota de ITCMD aplicável prevista na legislação do Mato Grosso era de 4%, no Mato Grosso do Sul era de 5% e na de Goiás era de 6%. Pouco mais de um ano após o óbito, sua viúva e única herdeira, Maria, também domiciliada em Goiás, procura um tabelionato de notas no Mato Grosso, lavrando a escritura pública de inventário e adjudicação de bens de seu falecido marido em 20/09/2022. Na data da lavratura da escritura, a alíquota de ITCMD aplicável no Mato Grosso era de 6%, no Mato Grosso do Sul era de 7% e em Goiás era de 8%. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) o ITCMD será devido em sua integralidade a Goiás, domicílio tanto do autor da herança como da única herdeira, aplicando-se a alíquota de 6% prevista na legislação desse Estado à data do óbito.
- b) parcela do ITCMD será devida ao Estado de Goiás quanto às ações com cotação em bolsa de valores, aplicando-se a alíquota de 6%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito.
- c) parcela do ITCMD será devida ao Estado de Goiás quanto às ações com cotação em bolsa de valores, aplicando-se a alíquota de 8%, prevista na legislação desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário.
- d) parcela do ITCMD será devida ao Estado de Goiás quanto aos imóveis, aplicando-se a alíquota de 6%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito.
- e) parcela do ITCMD será devida ao Estado de Goiás quanto aos imóveis, aplicando-se a alíquota de 8%, prevista na legislação desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário.

152. João, domiciliado em Goiânia/GO, faleceu, deixando sua esposa Maria e 3 filhas: Márcia, Carolina e Rebecca. O total dos bens comuns do casal montava a importância de R\$ 4.500.000,00. De acordo com a legislação civil em vigor na data do óbito, e com o regime de casamento adotado pelo casal, caberia à Maria apenas 50% desses bens comuns, a título de meação, devendo os outros 50% ser divididos igualmente entre as três filhas, de modo que cada uma delas receberia R\$ 750.000,00.

Ocorre, todavia, que, feita a partilha, decidiu-se que Maria receberia bens no valor total de R\$ 2.500.000,00. Márcia nada recebeu, pois renunciou pura e simplesmente ao quinhão que lhe caberia como herança; enquanto Rebecca ficou com R\$ 1.500.000,00, em razão de Carolina ter renunciado a parte de seus bens em seu favor.

Diante desse caso hipotético, sabendo que o ITCMD é devido a GO, pode-se verificar a ocorrência de:

- a) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.
- b) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 3 relativos a transmissões por doação.
- c) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.
- d) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação.
- e) 3 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação

153. Com referência à competência para exigir o pagamento do imposto causa mortis e doação no Estado de Goiás, analise as afirmativas a seguir.

- I. Tratando-se de bens imóveis e respectivos direitos, o Estado poderá exigir o imposto se nele for localizado o bem.
- II. Com relação à transmissão *causa mortis* de títulos, o Estado poderá exigir o imposto se nele for domiciliado o “de cujus”, ainda que o inventário seja processado extrajudicialmente em outro Estado.
- III. No que diz respeito à doação de bens móveis, o Estado poderá exigir o imposto se nele tiver domicílio o doador, mesmo que o donatário residir em outro Estado.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa I estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

154. Considere as hipóteses a seguir.

- I. Doação de criptomoedas.
- II. Cessão gratuita de direito autoral.
- III. Compra do direito real de usufruto sobre imóvel.
- IV. Recebimento de meação, por ocasião de dissolução de sociedade conjugal.

Assinale a opção que indica apenas aquelas cuja transmissão são fatos geradores de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) III e IV.
- e) I e III.

155. Para fins de apuração da base de cálculo do ITCMD, na transmissão de participações societárias de uma empresa de capital fechado, pode-se afirmar que o aviamento será acrescido ao Patrimônio Líquido Ajustado quando se tratar de empresa:

- a) do simples nacional
- b) individual
- c) que comprove prejuízos ascendentes em razão da atividade operacional
- d) que comprove que o ramo de atividade seja volátil e de grande risco no mercado
- e) em início de atividade, que não seja possível fazer projeção futura dos lucros ascendentes

156. Com base na lei complementar estadual 104/13, pode-se afirmar que as multas pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a operações e/ou prestações amparadas por não-incidência, imunidade e isenção, serão aplicadas com redução de:

- a) 80%.
- b) 70%.
- c) 60%.
- d) 50%.
- e) 40%.

157. De acordo com a lei complementar estadual 104/13, em casos de extrema urgência, poderá ser dado início à fiscalização independentemente da prévia expedição de ordem de fiscalização. Todavia, a posterior, a referida ordem deverá ser expedida no prazo máximo de:

- a) de 24 horas contadas do início da fiscalização, sob pena de nulidade relativa do procedimento fiscal.
- b) de 48 horas contadas do início da fiscalização, sob pena de nulidade relativa do procedimento fiscal.
- c) de 72 horas contadas do início da fiscalização, sob pena de nulidade absoluta do procedimento fiscal.
- d) de 24 horas contadas do início da fiscalização, sob pena de nulidade absoluta do procedimento fiscal.

e) de 48 horas contadas do início da fiscalização, sob pena de nulidade absoluta do procedimento fiscal.

158. Com base na lei que rege o PAT no Estado de Goiás, acerca das nulidades, assinale a opção incorreta:

- a) São nulos os atos praticados por autoridade impedida ou incompetente.
- b) A autoridade que declarar nulidade mencionará os atos por ela alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento do feito.
- c) A autoridade julgadora deve considerar válido o ato se, realizado de outra maneira, alcançar a sua finalidade, exceto quando a norma prescrever forma específica.
- d) Não acarreta a nulidade do ato, quando houver a indicação de mais de um sujeito passivo e pelo menos um deles estiver corretamente identificado, sendo excluídos da relação jurídica somente aqueles que foram erroneamente identificados
- e) As incorreções ou omissões do lançamento, inclusive aquelas decorrentes de cálculo ou de proposição de penalidade, não acarretam a sua nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator.

159. Considere os itens abaixo:

- I. o Processo Contencioso Fiscal
- II. o Processo de Consulta
- III. o Processo de Revisão Extraordinária
- IV. o Processo de Restituição

Compete ao Conselho Administrativo Tributário apreciar, apenas;

- a) I, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e III.

160. É um órgão auxiliar do Conselho Administrativo Tributário:

- a) Vice-Presidência.
 - b) Conselho Superior.
 - c) Câmaras Julgadoras.
 - d) Secretaria Geral.
 - e) Julgadores de Primeira Instância.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
